



Balanço da Execução Orçamentária 2013

ORÇAMENTO MULHER

Celia Vieira

Janeiro/2014



Balanço da Execução Orçamentária 2013:

ORÇAMENTO MULHER

Sumário

1. Introdução.....	3
2. Detalhamento da Execução do Orçamento Mulher, segundo Categorias de Análise.....	7
Categoria de Análise 1 Responsabilidade do Estado com a reprodução social: Políticas Públicas relacionadas à economia do cuidado.....	7
• 1.1 Saúde	
• 1.2 Proteção Social	
• 1.3 Educação	
• 1.4 Segurança Alimentar e Nutricional	
• 1.5 Infraestrutura social vinculada ao direito a moradia	
• 1.6 Ações transversais vinculadas à prevenção ao uso do crack e outras drogas e assistência aos usuários.	
Categoria de Análise 2. Autonomia econômica das mulheres e Igualdade no mundo do trabalho no campo e na cidade.....	28
Categoria de Análise 3. Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.....	36
Categoria de Análise 4. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres.....	40
Categoria de Análise 5. Cultura da Igualdade e Promoção de Direitos e Cidadania.....	45
Categoria de Análise 6. Direito ao acesso a cultura, esporte, e lazer.....	49
Categoria de Análise 7. Democratização do Poder.....	51

Balanço da Execução Orçamentária 2013

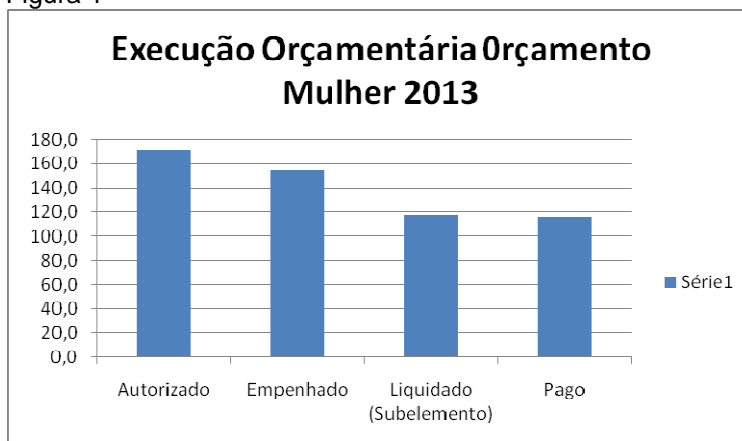
Orçamento Mulher

1. Introdução

O Orçamento Mulher representa o “conjunto das despesas previstas na Lei Orçamentária Anual que atende direta ou indiretamente às necessidades específicas das mulheres e que impacta as relações de gênero e de raça”.

Em 2013 os programas e ações que correspondem ao Orçamento Mulher representaram R\$ 171 bilhões. No entanto, tal valor não expressa concretamente o volume de recursos destinado ao enfrentamento das desigualdades de gênero e raça e à efetivação dos direitos das mulheres, ainda mais após as mudanças ocorridas no processo orçamentário no governo Dilma Rousseff, que impactaram negativamente a transparência dos gastos públicos e que tem dificultado sobremaneira o processo de monitoramento.¹

Figura 1



Fonte: SIGA Brasil – Orçamento temático – Mulher

Como o planejamento governamental não considera em sua concepção a perspectiva da igualdade de gênero e raça, a maioria das ações não está “carimbada”, destinada exclusiva ou prioritariamente às mulheres, ou que evidenciem qual o montante da dotação efetivamente se destina a garantia dos direitos das mulheres e a igualdade de gênero, raça e etnia. O CFEMEA e a AMB sugeriram várias propostas às LDO dos últimos anos, apresentadas pela Bancada Feminina e outros parlamentares apoiadores, com medidas que buscam reduzir tais dificuldades, mas, mesmo quando aprovados no Congresso Nacional, são vetadas pelo Poder Executivo.

¹ Revisão da Metodologia do Orçamento Mulher 2013 - **Capítulo 1.** O modelo de planejamento no governo Dilma Rousseff e seu impacto no monitoramento das políticas para as mulheres pelo Orçamento Mulher

Apesar dessa forte limitação, o monitoramento da execução do Orçamento Mulher, tem garantido elementos importantes para subsidiar as organizações e movimentos de mulheres no processo de incidência junto ao Poder Executivo e Poder Legislativo, inclusive a partir de informações suplementares, para garantir a efetivação dos direitos das mulheres.

Do total autorizado de R\$ 171 bilhões, foram empenhados, ou seja, foram comprometidos com a realização de despesas R\$ 154 bilhões, significando 90,1%. Mas, só foram efetivamente realizadas despesas que representam 68,7% do total autorizado e pagos 67,5%. Isto significa que cerca de R\$ 37 bilhões que se referem às despesas empenhadas em 2013 só serão efetivamente realizadas nos exercícios seguintes, devido principalmente aos limites impostos para pagamento das despesas do exercício vigente e de restos a pagar de outros anos, definidos no decreto de programação financeira do governo federal. É bom lembrar que em 2013 o contingenciamento foi seletivo, pois governo poupou o Ministério da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Social e da Ciência e Tecnologia do contingenciamento de empenhos e pagamentos.

Essa é uma situação generalizada em todo o governo. De 2013 para 2014 o valor da inscrição de restos a pagar cresceu 23,6%, um aumento de R\$ 41,7 bilhões². A postergação da execução do orçamento, além de desorganizar o planejamento governamental, se traduz em danos para toda a sociedade que deixa de ser atendida em suas necessidades, afetando especialmente a parcela da população que necessita da ação do estado para efetivação de seus direitos. Segundo a Consultoria de Orçamentos, da Câmara Federal e do Senado Federal³:

“O estoque de restos a pagar tem sido crescente ao final de cada exercício, passando a constituir verdadeiro orçamento paralelo que, pela insuficiência de recursos financeiros, é tido também como orçamento concorrente com o autorizado para o exercício financeiro. Ao longo dos últimos onze anos, ressalvada a passagem de 2003 para 2004, a taxa de crescimento anual do estoque de restos a pagar não ficou abaixo de 10%, sendo que em 2012 ficou em 25% e em 2013, 24%”

Enquanto isso, o governo ultrapassa a meta de superávit primário⁴ prevista para 2013 de R\$ 73 bilhões, alcançando R\$ 77,1 bilhões em 2013.

1.1 Execução do Orçamento Mulher segundo Critérios de Seleção e Categorias de Análise

² Secretaria do Tesouro Nacional. Nota à Imprensa.

³ Nota Técnica Conjunta Nº 5, de 2014 Subsídios à apreciação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 – PL nº 3/2014-CN (Mensagem nº 80/2014, na origem). Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal

⁴ saldo positivo entre as receitas e as despesas do governo central, excluindo da conta os gastos com o pagamento de juros da dívida pública

A execução do orçamento Mulher, segundo critérios de seleção, pode ser visualizada na tabela abaixo:

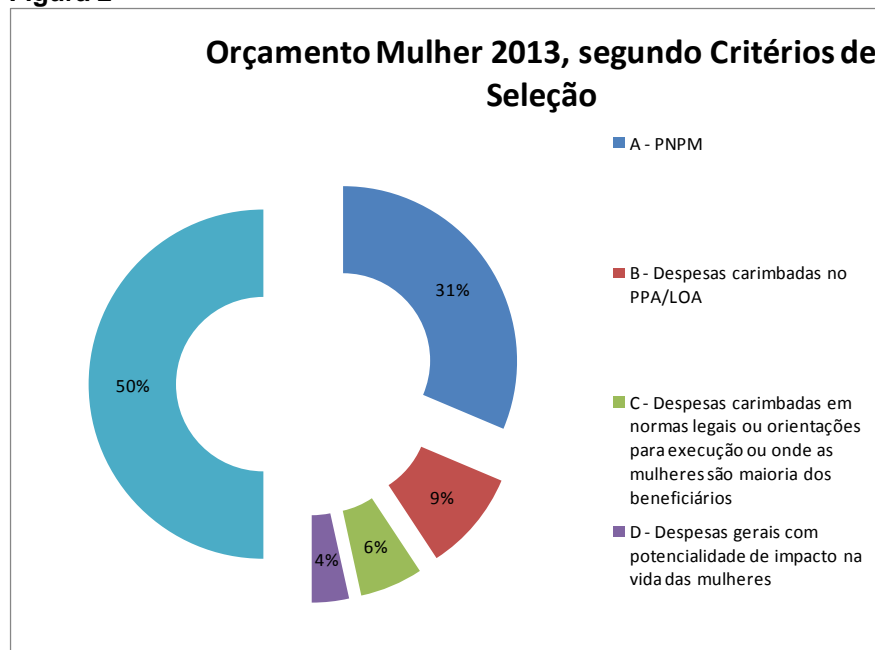
Tabela 01 – Orçamento Mulher – Execução Orçamentária de 2013, segundo Critérios de Seleção

Critério de Seleção	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/ Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
A - PNPM	106.243.865.530	107.937.871.513	96.684.788.259	77.110.579.264	75.677.675.056	89,6%	71,4%	70,1%
B - Despesas carimbadas no PPA/LOA	27.870.319.809	30.999.436.006	28.902.719.020	25.780.384.443	25.622.369.386	93,2%	83,2%	82,7%
C - Despesas carimbadas em normas legais ou orientações para execução ou onde as mulheres são maioria dos beneficiários	17.131.751.711	19.075.311.827	17.884.621.952	7.929.719.106	7.682.622.117	93,8%	41,6%	40,3%
D - Despesas gerais com potencialidade de impacto na vida das mulheres	12.091.280.078	13.021.869.457	10.590.367.475	6.656.262.537	6.444.531.167	81,3%	51,1%	49,5%
TOTAL	163.337.217.128	171.034.488.803	154.062.496.705	117.476.945.351	115.427.197.726	90,1%	68,7%	67,5%

Fonte: SIGA BRASIL- Orçamento Mulher 2013

A base do Orçamento Mulher são os programas/ações vinculados ao PNPM 2013-2015 que materializam o compromisso governamental com as deliberações da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM), e que representam 74,3% do total das dotações empenhadas, e 82,5% do total das dotações liquidadas. Esse grupo se destaca em termos das despesas efetivamente realizadas ainda em 2013, com 71,4%, mas mesmo assim um desempenho muito baixo.

Figura 2



Fonte: SIGA Brasil – Orçamento temático - Mulher

De forma a estruturar a análise do Orçamento Mulher – OM, as ações selecionadas foram enquadradas em sete categorias de análise, listadas na tabela 02⁵.

⁵ Ainda que a ação possa ser enquadrada em mais de uma categoria de análise, considerou-se a classificação predominante, não havendo duplicidade de classificação e nem de valor

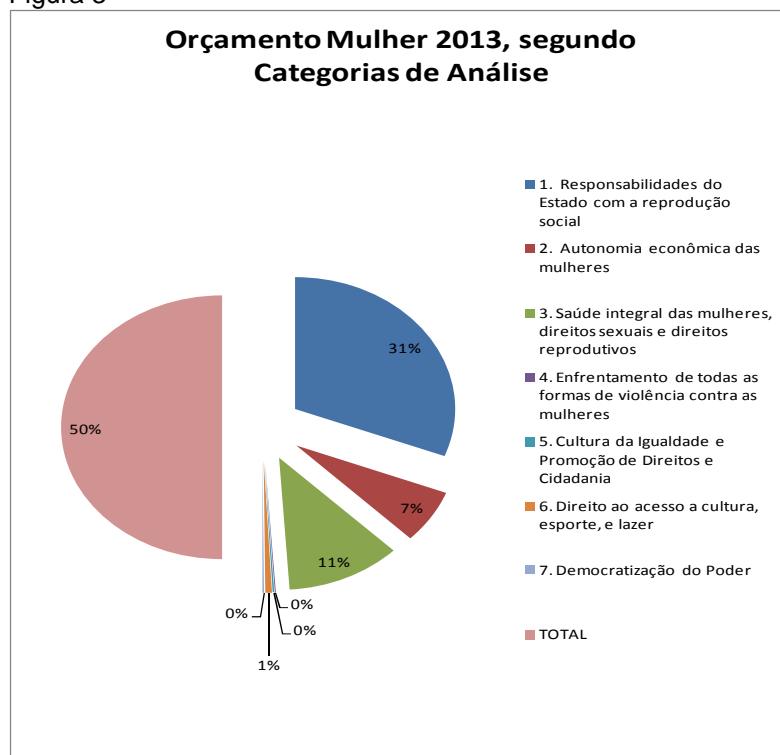
A execução orçamentária do OM 2013, segundo as categorias de análise, pode ser visualizada na figura 3, onde se destaca a Categoria 1. **Responsabilidades do Estado com a reprodução social: Políticas públicas relacionadas à economia do cuidado**, em termos de volume de despesas empenhadas, liquidadas e pagas. Quanto ao desempenho orçamentário, entre as despesas realizadas relativamente aos valores autorizados, destaca-se a categoria 3. **Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos**, com quase 100% das dotações empenhadas e efetivamente executadas, devido à obrigatoriedade dos gastos com saúde, conforme se observa na tabela 02.

Tabela 02 – Orçamento Mulher – Execução Orçamentária, segundo Categorias de Análise

Categoria	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago	Empenhado/ Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
1. Responsabilidades do Estado com a reprodução social: Políticas públicas relacionadas à economia do cuidado	98.882.887.543	103.526.883.912	94.979.541.507	72.379.559.922	70.719.821.760	91,7%	69,9%	68,3%
2. Autonomia econômica das mulheres e Igualdade no mundo do trabalho no campo e na cidade	22.745.227.688	26.520.360.256	20.239.313.538	9.396.178.657	9.103.110.154	76,3%	35,4%	34,3%
3. Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos	36.759.274.455	36.025.726.455	35.551.103.845	34.779.022.928	34.719.079.406	98,7%	96,5%	96,4%
4. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	692.387.248	720.435.332	312.086.814	91.046.536	86.718.493	43,3%	12,6%	12,0%
5. Cultura da Igualdade e Promoção de Direitos e Cidadania	508.261.848	532.948.348	437.314.757	83.686.436	78.087.839	82,1%	15,7%	14,7%
6. Direito ao acesso a cultura, esporte, e lazer	3.208.098.728	3.148.735.626	2.054.824.436	367.957.678	344.153.147	65,3%	11,7%	10,9%
7. Democratização do Poder	541.079.618	559.398.874	488.311.808	379.493.194	376.226.929	87,3%	67,8%	67,3%
TOTAL	163.337.217.128	171.034.488.803	154.062.496.705	117.476.945.351	115.427.197.726	90,1%	68,7%	67,5%

Fonte: SIGA BRASIL- Orçamento Mulher 2013

Figura 3



Fonte: SIGA Brasil – Orçamento temático - Mulher

2. Detalhamento da Execução do Orçamento Mulher em 2013, segundo Categorias de Análise

Categorias de Análise 1. Responsabilidades do Estado com a reprodução social: Políticas públicas relacionadas à economia do cuidado

A luta pela autonomia econômica das mulheres e pela igualdade de direitos entre mulheres e homens, tem como um dos seus pressupostos a desoneração das mulheres das tarefas ligadas à reprodução social e cuidado com a família. Expressando essa demanda das mulheres, o PNPM 2013-2015 contemplou a linha de ação “1.3. Ampliação da oferta de equipamentos públicos e de políticas que favoreçam o aumento do tempo disponível das mulheres, promovendo a sua autonomia, inclusive para a sua inserção no mercado de trabalho”.

No âmbito do Orçamento Mulher essa categoria busca revelar as políticas públicas implementadas pela União, que estejam diretamente relacionadas à reprodução da força de trabalho e cuidado da família, a partir de uma perspectiva orçamentária, evidenciando seu impacto na desoneração das mulheres dessas tarefas reprodutivas e não remuneradas. Assim, estão incluídas as dotações orçamentárias previstas nas seguintes subcategorias:

1.1 Saúde: Programas estruturantes da saúde, e ações específicas: idoso, criança e adolescente, pessoa com deficiência, indígenas, quilombolas.

1.2 Proteção Social: Proteção Social Básica, Proteção Social Média e Alta Complexidade e ações vinculadas às transferências diretas – ações relacionadas ao BPC e RMV, Bolsa Família, inclusão previdenciária e benefícios previdenciários, e seguro-desemprego. As transferências diretas não estão incluídas no OM. 2013

1.3 Educação: ações vinculadas à educação básica, com destaque para a educação Infantil e creches (MDS).

1.4 Segurança Alimentar e Nutricional: ações vinculadas aos equipamentos públicos, como restaurantes e cozinhas populares, distribuição de alimentos a grupos específicos, educação alimentar

1.5 Infraestrutura social vinculada ao direito à moradia: ações que promovem o acesso a moradia digna e algumas ações pontuais relativas ao acesso a água, luz, saneamento, resíduos sólidos.

1.6 Ações transversais vinculadas à prevenção ao uso do crack e outras drogas e assistência aos usuários.

1.1 Saúde

O desempenho da execução orçamentária das ações selecionadas na área da saúde, grosso modo, se encontra abaixo das expectativas, considerando que o Ministério da Saúde não foi submetido ao contingenciamento de empenhos e pagamentos e considerando a obrigatoriedade de investimentos em saúde, definidas na regulamentação da Emenda 29/2000, através da Lei Complementar nº 141/2012. Das 28 ações selecionadas apenas 15

apresentam nível de empenho satisfatório e destas, apenas 6 apresentaram nível de liquidação e pagamentos adequados.

Tabela 03 – Resumo das ações selecionadas na Subcategoria de Análise Saúde, segundo desempenho da execução orçamentária em 2013

ACÇÕES SELECIONADAS	Nível de Empenho	Nível de Liquidação	Nível de Pagamento
85 A 100%	15	6	6
70 A 84,9%	3	3	3
0 A 69,9%	10	19	19
Total	28	28	28

Elaboração própria

Fonte: Siga Brasil – Orçamento Mulher

Na área da saúde algumas iniciativas governamentais afetam diretamente a vida das mulheres como “cuidadoras” em duas direções, seja contribuindo para aumento do tempo disponível das mulheres, quando facilitam e simplificam o acesso à saúde, seja aumentando suas responsabilidades ligadas à reprodução social e ao cuidado com a família.

Segundo a Política Nacional de Atenção Básica⁶ revisada em 2011, a Atenção Básica:

“abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades”

Por esse conceito, em linhas gerais, contribui para a desoneração do tempo das mulheres, mas, na prática, a operacionalização de algumas ações lança mão do trabalho das mulheres para que a política seja efetivada. Relativamente às demais subfunções vinculadas à saúde, o conjunto das ações selecionadas na **Atenção Básica** é a única a apresentar desempenho orçamentário em seu conjunto em nível adequado e no mesmo exercício. Das dotações autorizadas, 93% foram empenhadas e 86,5% foram pagas, conforme pode ser visualizado na tabela 05. No entanto, algumas ações como as vinculadas à saúde mental, saúde bucal e saúde da idosos, apresentaram níveis de execução baixíssimos.

Na Estratégia Saúde da Família, prioridade orçamentária na Atenção Básica, a atenção ao usuário é realizada no âmbito da Unidade de Saúde, que devem ser instaladas perto de onde as pessoas vivem, e nos domicílios, quando as visitas sejam essenciais para o andamento do cuidado, na perspectiva de quem hoje necessita de cuidados, seja capaz, posteriormente, de gerir sua vida e a de sua família, de forma autônoma e saudável (BRASIL, 2011).

⁶ Ministério da Saúde - Portaria nº 2.488, de 24 de outubro de 2011

Outras formas de organização da atenção básica foram incorporadas na revisão da Política, flexibilização do perfil e carga horária, das e Incorporação de políticas voltadas para grupos populacionais específicos, como as equipes de saúde da família ribeirinha (ESFRs) e equipes de saúde da família fluvial (ESFFs), vinculação das equipes de consultório na rua (ECRs) à atenção básica. Estas formas de organização, aliadas ao trabalho nos domicílios dos agentes de saúde comunitário, ampliam e facilitam o acesso aos serviços de saúde.

Mas, uma das formas de organização presente na **Atenção Básica** é operacionalizada principalmente a partir do trabalho da mulher. Trata-se das Equipes de Atenção Domiciliar (EADs), com o nome fantasia programa *Melhor em Casa*, que visa garantir a assistência multiprofissional nas residências de pessoas com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica, por exemplo, desonerando a rede hospitalar. Segundo estimativa do Ministério da Saúde, “estima-se que com a implantação da Atenção Domiciliar obtém-se economia de até 80% nos custos de um paciente, quando comparado ao custo desse mesmo paciente internado em um hospital”⁷. O PPA 2012-2015 tem como meta prevista Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015.

A partir do detalhamento das ações por planos orçamentários, é possível avaliar a dimensão identificada do programa e sua execução em 2013, conforme tabela 04.

Em 2013 foram autorizados R\$ 125,3 milhões, valor quase todo executado no mesmo ano. Só deixaram de ser executados R\$ 2,5 milhões relativos à saúde bucal. Trata-se de um programa com baixo orçamento, pois representa 0,8% do total empenhado na subfunção **Atenção Básica**. Isso porque esse valor não inclui os custos de manutenção de um cuidador, pessoa de referência para as equipes do *Melhor em Casa*. Esse papel é na maioria das vezes assumido por uma mulher da família, que para isso não recebe remuneração, e tem seu tempo disponível para desempenhar atividades produtivas em grande parte comprometido. Para ser bem sucedida essa política “lança mão de papéis/tarefas tradicionalmente exercidas pelas mulheres”, com sérias implicações em suas vidas, ao ignorar essa importante dimensão de enfrentamento às desigualdades de gênero. Nos termos de Medeiros, Britto, Soares (2007), são tarefas que “consomem tempo e energia que poderia ser utilizada para a obtenção de condições de igualdade nos processos políticos e de espaços no mercado de trabalho, contribuindo para a manutenção das desigualdades entre os gêneros”.

⁷ www.saude.gov.br, Departamento de Atenção Básica e da Coordenação Geral de Gestão Hospitalar consulta 12 de outubro/2013

Tabela 04 – Execução Orçamentária de 2013 do programa Melhor em Casa

Ação	Plano Orçamentário	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/ Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
20AD - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA	0003 - MELHOR EM CASA	110.979.773	122.754.040	122.754.040	122.303.440	122.303.440	100,0%	99,6%	99,6%
8730 - AMPLIAÇÃO DA RESOLUTIVIDADE DA SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA	0004 - MELHOR EM CASA	0	2.500.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
Total		110.979.773	125.254.040	122.754.040	122.303.440	122.303.440	98,0%	97,6%	97,6%

Fonte: SIGA Brasil – Orçamento temático - Mulher

O Programa Academia da Saúde⁸ parte do diagnóstico que a inatividade física aumenta o risco de desenvolver diversas doenças crônicas e o risco de morte prematura. Segundo Malta (2012), citado por IPEA (2013) as mulheres tem sido alcançadas por esse programa:

“As avaliações dos programas de promoção de atividade física realizadas em alguns municípios demonstraram que o público que tem utilizado os recursos disponibilizados tem sido formado por mulheres e idosos de baixa escolaridade. Os resultados das avaliações indicam aumento da prática de atividade física em locais com equipamentos ou atividades desenvolvidas por meio destes programas (Malta, 2012).”

Na LOA 2013 a ação está vinculada ao **Objetivo 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção**, mas nenhuma das metas previstas está associada a este Programa. Trata-se de um programa importante não só para as mulheres, mas a todas as pessoas que tem maiores possibilidade de um processo de envelhecimento que lhes garanta autonomia e bem estar. Mas, além da instalação dos equipamentos é preciso garantir a manutenção e a continua realização de atividades monitoradas pelos municípios, além de uma distribuição que considere a insuficiência de equipamentos públicos com esse perfil, ou seja, que estejam presentes nas periferias e regiões mais carentes das cidades. No entanto, sua execução orçamentária é extremamente baixa. No orçamento 2013 a **ação 20YL Implantação das Academias da Saúde** teve seu orçamento reduzido de R\$ 251 milhões para R\$ 131 milhões, sendo empenhados meros 20,4%, e praticamente nada foi executado neste ano.

O desempenho orçamentário das ações selecionadas no âmbito da subfunção 302 **Assistência Hospitalar e Ambulatorial** situou-se em um patamar crítico. Do total autorizado de R\$ 5,5 bilhões, menos da metade foi empenhado, 43%, e somente 19,3% desse montante foram pagas no mesmo exercício. Destaque para a pífia execução da ação 8535 relativa à estruturação de unidade de atenção especializada em saúde que, apesar de dispor de R\$ 3,5 milhões, o Ministério da Saúde só conseguiu empenhar 22,4% e pagar 3% em 2013.

⁸ IPEA, Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 21, 2013. Capítulo 3 Saúde, pg

Outro destaque mais uma vez é a baixa execução da ação destinada à atenção especializada em saúde mental, com apenas 40,7% do total autorizado empenhado. Como se vê, as políticas de saúde mental que tem repercussões diretas sobre as mulheres e indiretas enquanto cuidadoras, seja no nível da atenção básica, seja no nível da assistência hospitalar e ambulatorial, não tem sido priorizada pelo Ministério da Saúde. Essa ação visa à implantação da rede de serviços da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, incluindo a ampliação do acesso, com aumento da cobertura de CAPS, apoio ao processo de desinstitucionalização de pacientes longamente internados em hospitais psiquiátricos, e qualificação da atenção em saúde mental no SUS.⁹

Apenas a ação 20AI - Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no SUS, apelidado de “De Volta Pra Casa”, cuja dotação é baixa, R\$ 19,5 milhões, foi 100% empenhada e 94,4% executada. São repassados diretamente para os usuários apenas R\$ 320,00, e seu alcance é muito limitado, pois a previsão é de ser recebido por 4.986 pessoas em todo o Brasil. Com recursos tão escassos, também nessa situação a família passa a assumir novos encargos até que o processo de integração efetivamente ocorra, e mais uma vez a mulher é a principal sobrecarregada.

A tabela 05 apresenta de forma detalhada por ação a execução orçamentária da subcategoria Saúde.

⁹ www.siop.planejamento cadastro de ações

Tabela 05 – Execução Orçamentária de 2013 da subcategoria Saúde, por ação

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/ Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
301 - ATENÇÃO BÁSICA - AÇÕES SELECIONADAS	17.984.932.087	16.279.146.720	15.133.214.056	14.096.935.478	14.085.982.354	93,0%	86,6%	86,5%
12L5 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS	1.299.700.000	643.700.000	642.602.677	479.734.836	479.734.836	99,8%	74,5%	74,5%
20AD - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA	9.437.758.513	9.097.758.513	9.090.882.508	8.799.902.881	8.799.336.312	99,9%	96,7%	96,7%
8577 - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO	5.220.000.000	4.515.419.185	4.515.419.151	4.466.773.351	4.466.289.543	100,0%	98,9%	98,9%
20K5 - APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS NO SUS	12.528.000	10.028.000	9.728.691	9.009.566	9.009.566	97,0%	89,8%	89,8%
20Y1 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE	76.739.000	76.739.000	40.056.857	20.335.394	20.188.462	52,2%	26,5%	26,3%
20YL - IMPLANTAÇÃO DAS ACADEMIAS DA SAÚDE	251.080.000	131.080.000	26.740.000	36.000	36.000	20,4%	0,0%	0,0%
6178 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE DA PESSOA IDOSA	10.000.000	10.000.000	5.634.848	0	0	56,3%	0,0%	0,0%
6233 - IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL	14.740.000	13.972.188	3.214.164	320.346	320.346	23,0%	2,3%	2,3%
8573 - EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	140.750.000	170.436.280	90.642.908	56.863.351	53.378.122	53,2%	33,4%	31,3%
8581 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	1.282.523.574	1.301.900.574	506.089.052	102.300.371	102.300.371	38,9%	7,9%	7,9%
8730 - AMPLIAÇÃO DA RESOLUTIVIDADE DA SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA	236.433.000	305.433.000	199.602.806	161.645.155	155.374.569	65,4%	52,9%	50,9%
8762 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS ÀS POPULAÇÕES EM LOCALIDADES ESTRATÉGICAS E VULNERÁVEIS DE AGRAVO	2.680.000	2.680.000	2.600.394	14.227	14.227	97,0%	0,5%	0,5%
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - AÇÕES SELECIONADAS	5.162.944.817	5.517.670.349	2.376.095.459	1.067.073.552	1.067.058.582	43,1%	19,3%	19,3%
12L4 - IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	474.560.000	474.560.000	474.556.232	62.835.934	62.835.934	100,0%	13,2%	13,2%
8739 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO - PNH	6.750.000	6.750.000	6.700.000	0	0	99,3%	0,0%	0,0%
8761 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192	755.400.000	891.517.812	856.022.450	814.726.166	814.726.166	96,0%	91,4%	91,4%
8933 - SERVIÇOS DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NA REDE HOSPITALAR	518.841.832	563.841.832	210.176.112	56.121.758	56.121.758	37,3%	10,0%	10,0%
4324 - ATENÇÃO À SAÚDE DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DA REGIÃO AMAZÔNICA MEDIANTE COOPERAÇÃO COM A MARINHA DO BRASIL	13.300.000	13.300.000	13.299.810	14.970	0	100,0%	0,1%	0,0%
8535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	3.285.314.985	3.488.580.985	783.165.909	105.476.724	105.476.724	22,4%	3,0%	3,0%
20B0 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE MENTAL	108.778.000	79.119.720	32.174.946	27.898.000	27.898.000	40,7%	35,3%	35,3%
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO - AÇÕES SELECIONADAS	2.025.130.000	2.476.997.040	1.978.663.481	1.921.038.915	1.920.999.027	79,9%	77,6%	77,6%
20AI - AUXÍLIO-REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL AOS EGRESSOS DE LONGAS INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (DE VOLTA PRA CASA)	19.530.000	19.530.000	19.530.000	18.433.848	18.433.848	100,0%	94,4%	94,4%
20YR - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL PELO SISTEMA DE GRATUIDADE	1.556.880.418	1.944.747.458	1.468.870.912	1.441.940.152	1.441.926.264	75,5%	74,1%	74,1%
20YS - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL PELO SISTEMA DE CO-PAGAMENTO	448.719.582	512.719.582	490.262.569	460.664.914	460.638.914	95,6%	89,8%	89,8%
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	2.196.450.000	2.194.350.000	2.190.686.716	1.439.942.655	1.320.896.427	99,8%	65,6%	60,2%
20YE - IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS	2.184.000.000	2.181.900.000	2.181.641.615	1.432.444.772	1.313.462.621	100,0%	65,7%	60,2%
8327 - SERVIÇO LABORATORIAL DE REFERÊNCIA PARA O CONTROLE DE DOENÇAS	12.450.000	12.450.000	9.045.102	7.497.883	7.433.806	72,7%	60,2%	59,7%
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - AÇÕES SELECIONADAS	11.211.000	11.211.000	11.135.846	1.650.805	1.650.805	99,3%	14,7%	14,7%
8735 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO PARA A SAÚDE	11.211.000	11.211.000	11.135.846	1.650.805	1.650.805	99,3%	14,7%	14,7%
OUTRAS SUBFUNÇÕES - AÇÕES SELECIONADAS	930.054.175	1.151.070.010	982.850.585	770.212.952	755.840.503	85,4%	66,9%	65,7%
20YD - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAÚDE	748.249.175	962.830.010	810.927.995	659.617.516	653.290.691	84,2%	68,5%	67,9%
6146 - PESQUISA EM SAÚDE E AVALIAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O SUS	94.805.000	93.685.000	82.686.205	38.169.851	30.415.507	88,3%	40,7%	32,5%
8315 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAÚDE	87.000.000	94.555.000	89.236.385	72.425.585	72.134.305	94,4%	76,6%	76,3%
2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	38.549.512.071	38.887.188.518	30.122.841.844	24.424.347.649	24.146.738.736	77,5%	62,8%	62,1%

Fonte: SIGA Brasil – Orçamento temático - Mulher

1.2 Proteção Social

O conceito de proteção social utilizada para tipificar esta categoria, está vinculado à garantia de inclusão a todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de risco, como as pessoas com deficiências, idosos, crianças, doentes.

As ações selecionadas nessa subcategoria dispuseram em 2013 de dotação autorizada de R\$ 28,7 bilhões. Em termos gerais, o comprometimento com a realização de despesas apresentou-se em níveis adequados, com quase R\$ 28,1 bilhões empenhados, o que representou 97,7% do autorizado, graças a execução especialmente do Programa Bolsa Família, o mesmo ocorrendo quanto à efetiva realização das despesas no mesmo exercício, com 93,9% liquidados, e 93,1% pagos. Ou seja, R\$ 1,3 bilhões só deverão ser executados nos exercícios seguintes. Ressalte-se que três dos sete programas selecionados não sofreram contingenciamento de empenho ou pagamento, programas 2019 Bolsa Família, 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação e 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Tabela 6 – Orçamento Mulher – Execução orçamentária 2013 subcategoria Proteção Social

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/Autorizado	Liquidado/Autorizado	Pago/Autorizado
2019 - BOLSA FAMÍLIA	6114 - SISTEMA NACIONAL PARA IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DE PÚBLICO-ALVO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL - CADASTRO ÚNICO	25.002.014	25.002.014	12.909.139	8.377.016	8.377.016	51,6%	33,5%	33,5%
	8442 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE ÀS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004)	21.434.660.000	23.997.460.000	23.997.460.000	23.997.460.000	23.997.460.000	100,0%	100,0%	100,0%
	8446 - SERVIÇO DE APOIO À GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	603.972.317	538.972.317	538.907.194	437.238.158	437.238.158	100,0%	81,1%	81,1%
2019 - BOLSA FAMÍLIA		22.063.634.331	24.561.434.331	24.549.276.333	24.443.075.174	24.443.075.174	100,0%	99,5%	99,5%
2021 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	204 - FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM ÁREAS BÁSICAS E ESTRATÉGICAS	1.224.213.996	1.172.313.996	831.587.621	435.953.560	222.147.885	70,9%	37,2%	18,9%
	20UP - APOIO A PROJETOS DE TECNOLOGIA SOCIAL E ASSISTIVA	7.979.134	7.979.134	5.538.594	294.620	174.156	69,4%	3,7%	2,2%
2021 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		1.232.193.130	1.180.293.130	837.126.215	436.248.180	222.322.040	70,9%	37,0%	18,8%
2037 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	20V5 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	120.000.000	120.000.000	120.000.000	107.949.968	107.949.968	100,0%	90,0%	90,0%
	2589 - AVALIAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (BPC) E MANUTENÇÃO DA RENDA MENSAL VITALÍCIA (RMV)	15.000.000	12.000.000	7.375.057	6.985.589	6.920.701	61,5%	58,2%	57,7%
	2A60 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.234.702.620	1.299.642.195	1.299.642.195	1.156.764.950	1.156.764.950	100,0%	89,0%	89,0%
	2A65 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	546.126.094	505.208.820	446.126.094	390.674.766	390.540.566	88,3%	77,3%	77,3%
	2A69 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	247.078.591	214.605.216	177.378.591	99.257.763	99.257.763	82,7%	46,3%	46,3%
	2B30 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	129.726.382	149.363.658	124.652.472	5.606.090	5.606.090	83,5%	3,8%	3,8%
	2B31 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	82.282.433	86.504.933	46.821.790	0	0	54,1%	0,0%	0,0%
	8249 - FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.011.483	9.011.483	4.983.156	2.224.974	2.224.974	55,3%	24,7%	24,7%
8893 - APOIO À ORGANIZAÇÃO, À GESTÃO E À VIGILÂNCIA SOCIAL NO TERRITÓRIO, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	254.995.852	215.448.630	167.331.140	128.280.707	128.280.707	77,7%	59,5%	59,5%	
2037 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)		2.638.923.455	2.611.784.935	2.394.310.495	1.897.744.808	1.897.545.719	91,7%	72,7%	72,7%
2061 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	20GN - EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E FINANCEIRA	4.517.288	1.517.288	719.739	425.005	424.528	47,4%	28,0%	28,0%
	20HT - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL - SIRC	3.000.000	600.000	532.035	528.936	525.725	88,7%	88,2%	87,6%
2061 - PREVIDÊNCIA SOCIAL		7.517.288	2.117.288	1.251.775	953.941	950.253	59,1%	45,1%	44,9%
2062 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	2080 - PROTEÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES IDENTIFICADAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL	382.496.900	317.557.325	289.251.164	193.152.000	193.152.000	91,1%	60,8%	60,8%
	8662 - CONCESSÃO DE BOLSA PARA FAMÍLIAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES IDENTIFICADAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO	30.000.000	30.000.000	6.948.230	6.162.630	5.950.105	23,2%	20,5%	19,8%
2062 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		412.496.900	347.557.325	296.199.394	199.314.630	199.102.105	85,2%	57,3%	57,3%
2063 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	0635 - SUBVENÇÃO ECONÔMICA EM OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA DESTINADOS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (LEI Nº 12.613, DE 2012)	16.900.000	16.900.000	1.384.138	384.138	384.138	8,2%	2,3%	2,3%
	210N - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	29.193.962	29.193.962	9.104.388	3.706.914	3.706.914	31,2%	12,7%	12,7%
2063 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		46.093.962	46.093.962	10.488.527	4.091.052	4.091.052	22,8%	8,9%	8,9%
TOTAL		26.400.859.066	28.749.280.971	28.088.652.739	26.981.427.784	26.767.086.344	97,7%	93,9%	93,1%

O programa 2037 Fortalecimento do SUAS, tem entre suas metas no PPA 2012-2015 a ampliação da oferta de serviços de proteção especial a mulheres em situação de violência. Os dados dos Censos SUAS revelam um crescimento de 66,4% no número de Centros de Referência Especial de Assistência Social - CREAS com atendimento para mulheres em situação de violência, que passaram de 1.192 em 2010 para 1.984 em 2012.¹⁰ Vale lembrar que em 2013 o MDS promoveu processo de expansão da rede de serviços, oferecendo cofinanciamento federal para os 148 municípios que não possuíam nenhum cofinanciamento para o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF realizados nos CRAS, e para 181 CREAS.

Várias outras metas se referem à qualificação dos serviços de média e alta complexidade oferecidos, incorporando a elaboração e difusão de regulações, parâmetros, protocolos e orientações técnicas para oferta e aprimoramento dos serviços, assegurando enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia, orientação sexual e unidades familiares LGBT, inclusive da atenção especializada a mulheres em situação de violência. Mas, ainda não estão disponibilizadas no portal¹¹

Na Proteção Social Básica, observa-se a incorporação paulatina da temática de gênero na prestação dos serviços. Nas Orientações Técnicas sobre o PAIF – Trabalho Social com as Famílias, entre as sugestões de temas para realização de oficinas com as famílias está incluído o tema:

“Direito das Mulheres em oficinas com famílias e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), visando a promover a reflexão sobre o isolamento social das mulheres, a feminização da pobreza, a violência contra mulheres, a sobrecarga das mulheres na divisão das responsabilidades familiares, dentre outros.

Segundo o Relatório de Gestão 2012 da SNAS¹², “o Censo SUAS 2012 mostrou que dos 6.357 (82,5%) CRAS que realizaram atividades de grupos no âmbito do PAIF no mês de referência, 77,2% afirmaram que a questão dos Direitos das Mulheres estava entre as principais temáticas, o que demonstra expressiva evolução em relação ao Censo 2011 (59%). O alcance da rede de assistência social no território nacional demonstra a relevância de sua atuação na perspectiva da promoção dos direitos da Mulher. Por isso mesmo, é urgente intensificar um processo de capacitação dos profissionais da assistência social nessas temáticas.

¹⁰ Resultados do Censo SUAS 2013 devem ser divulgados nos segundo semestre de 2014

¹¹ O Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, relativo a 2012, informou a inclusão no planejamento do acordo entre o MDS e o BIRD, da Elaboração de Protocolo intersetorial e orientações técnicas específicas para atendimento e acompanhamento especializado à mulher em situações de violência. O Relatório referente a 2013 deverá ser divulgado em junho 2014

¹² SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

A execução orçamentária das ações que cofinanciam os serviços oferecidos, destaca-se o baixo nível de execução no âmbito da Proteção Especial de Alta Complexidade, com apenas 46,3% das despesas liquidadas e pagas no mesmo exercício. É um desempenho preocupante, pois são serviços que se destinam a “indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem”.¹³

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite¹⁴, lançado em 2011, dialoga fortemente com a questão da desoneração do trabalho da mulher, na medida em que contribui para a ampliação da autonomia das pessoas com deficiência. Além disso, segundo o Censo 2010/IBGE, para cada 100 mulheres existiam 76,7 homens com deficiência. O Plano tem suas ações identificadas em planos orçamentários específicos, o que permite o monitoramento orçamentário, que evidenciam em seu conjunto um desempenho de sua execução orçamentária preocupante, conforme se observa na tabela abaixo:

Tabela 7 – Orçamento Mulher – Execução Orçamentária 2013 –Plano Viver Sem Limites

Ação	Plano Orçamentário	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado /Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
20YD - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAÚDE	0008 - VIVER SEM LIMITE	0	8.609.342	5.759.682	354.200	251.000	66,90%	4,11%	2,92%
8535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	0004 - VIVER SEM LIMITE	87.394.402	85.748.995	28.289.819	84.544	84.544	32,99%	0,10%	0,10%
8730 - AMPLIAÇÃO DA RESOLUTIVIDADE DA SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA	0003 - VIVER SEM LIMITE	3.832.013	14.683.872	10.484.700	7.508.600	7.508.600	71,40%	51,14%	51,14%
8885 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	0006 - VIVER SEM LIMITE	0	101.533.286	97.936.108	87.528.587	87.528.587	96,46%	86,21%	86,21%
20UP - APOIO A PROJETOS DE TECNOLOGIA SOCIAL E ASSISTIVA	0004 - NUCLEOS DE PESQUISA E CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ASSISTIVA - VIVER SEM LIMITES	6.000.000	6.000.000	4.629.709	71.055	69.061	77,16%	1,18%	1,15%
2014 - FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM ÁREAS BÁSICAS E ESTRATÉGICAS	0001 - PROGRAMA NACIONAL DE INOVAÇÃO EM TECNOLOGIA ASSISTIVA - VIVER SEM LIMITES	30.000.000	30.000.000	9.884.440	9.770.443	3.755.998	32,95%	32,57%	12,52%
2589 - AVALIAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (BPC) E MANUTENÇÃO DA RENDA MENSAL VITALÍCIA (RMV)	0001 - VIVER SEM LIMITE - BPC NA ESCOLA	4.000.000	1.000.000	1.000.000	936.000	936.000	100,00%	93,60%	93,60%
2465 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	0002 - VIVER SEM LIMITES - CENTROS DIA	12.960.000	12.960.000	12.960.000	5.960.000	5.960.000	100,00%	45,99%	45,99%
2469 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	0003 - VIVER SEM LIMITES - RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS	12.000.000	13.720.000	13.720.000	11.950.000	11.950.000	100,00%	87,10%	87,10%
210N - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	0004 - VIVER SEM LIMITE - CENTRO DE TREINAMENTO - CAES-GUIA	3.200.000	1.765.000	1.747.756	975.515	975.515	99,02%	55,27%	55,27%
0E53 - APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - CAMINHO DA ESCOLA	0001 - VIVER SEM LIMITE - TRANSPORTE ACESSÍVEL	79.200.000	79.200.000	78.854.000	51.468.000	48.972.000	99,56%	64,98%	61,83%
20RF - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	0001 - CIDADANIA - VIVER SEM LIMITES	0	64.412.143	39.412.141	3.681.999	3.681.999	61,19%	5,72%	5,72%
20RP - INFRAESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	0001 - CIDADANIA - VIVER SEM LIMITE	90.000.000	137.976.861	137.976.860	1.350.000	0	100,00%	0,98%	0,00%
20RO - PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS E MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA	0001 - CIDADANIA - VIVER SEM LIMITES	0	10.068.313	10.068.313	0	0	100,00%	0,00%	0,00%
4002 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	0001 - VIVER SEM LIMITE - PROGRAMA INCLUIR	11.244.400	11.259.400	7.743.043	2.526.629	2.329.736	68,77%	22,44%	20,69%
20GK - FOMENTO AS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	0001 - VIVER SEM LIMITE - EDUCACAO BILINGUE	22.825.000	22.825.000	15.134.439	3.143.572	3.071.629	66,31%	13,77%	13,46%
Total		362.655.815	601.762.212	475.601.009	187.309.144	177.074.671	79,0%	31,1%	29,4%

O acesso e o avanço da tecnologia assistiva¹⁵ é outra dimensão do Plano na perspectiva de ampliação da autonomia e melhoria da qualidade de vida de idosos, de pessoas com deficiência ou de outras com mobilidade reduzida. Em função da Lei 12.613, de 2012, o Banco do Brasil já ofereceu crédito facilitado para aquisição de produtos de tecnologia assistiva, alcançado até início de

¹³ Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais

¹⁴ Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011

¹⁵ Segundo o Portal Brasil: Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que dão mais autonomia, independência e qualidade de vida a pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida.

2014, R\$ 100 milhões em desembolso, beneficiando 16 mil pessoas.¹⁶ Apesar das condições favoráveis relativamente às praticadas no mercado¹⁷, é preciso garantir o acesso a todos que necessitam. Quanto à pesquisa nessa área, observam-se níveis de execução orçamentária críticos. Segundo Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação-MCTI, para 2013 estavam previstos investimentos de R\$ 36 milhões, mas só foram empenhados R\$ 14,5 milhões e pagos apenas R\$ 4,7 milhões, apesar desse ministério ter sido protegido do contingenciamento neste ano.

Na área da assistência social destaca-se o cofinanciamento, através de repasse fundo-a-fundo, do custeio de centros-dia de referência para pessoas com deficiência, no valor de R\$ 40 mil/mês. No entanto, as metas são ainda muito tímidas, pois até 2014 pretende-se implantar somente 27 centros-dia, um em cada estado, com funcionamento 05 dias por semana, 10 horas diárias. Segundo o MDS, a permanência do usuário no serviço pode ser o dia todo, todos os dias da semana ou em turnos de 04 horas por dia, na semana e será definida no Plano Individual ou Familiar de Atendimento. Para 2013 a dotação destinada a esse fim é de quase R\$ 13 milhões, sendo 100% empenhados e 46% pagos neste ano.

Outro serviço que está sendo cofinanciado pelo governo federal são as residências inclusivas¹⁸, que são adaptadas e contam com equipe especializada. Destinam-se a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência e está organizada em pequenos grupos de até 10 pessoas por residência. No âmbito do Plano “Viver Sem Limite” o MDS aprovou a expansão de 165 residências inclusivas em 2013 vinculadas aos Serviços de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, com cofinanciamento do custeio no valor de R\$ 10 mil/mês por residência. Segundo plano orçamentário próprio, essa iniciativa contou com R\$ 13,7 milhões, com 87,1% já pagos.

1.3 Educação

A execução orçamentária das ações selecionadas do Programa **2030 Educação Básica em 2013**, apresenta nível de empenho adequado, 92,1% do total de recursos autorizados (R\$ 26,9 bilhões), mas o nível de liquidação e pagamento atingiu níveis críticos de apenas, 66,3% e 62% respectivamente. Ou seja, cerca de R\$ 8 bilhões das despesas comprometidas, quase 34%, só serão executados e pagas em outros exercícios. Considerando que o MEC foi

¹⁶ 15/04/14 - BB Crédito Acessibilidade atinge R\$ 100 milhões em desembolso

¹⁷ O BB Crédito Acessibilidade possui taxa de juros de 0,41% ao mês para quem recebe até cinco salários mínimos ou 0,45% mensais para quem recebe mais de cinco e até 10 salários mínimos.

¹⁸ <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protexao-social-especial/servicos-de-alta-complexidade/servicos-de-acolhimento-institucional-em-residencia-inclusiva>

poupado do contingenciamento de empenhos e pagamentos em 2013, e considerando os pisos constitucionais estabelecidos para educação, são resultados preocupantes quanto ao alcance das metas estabelecidas no PPA 2012-2015. Ressalte-se que até 17/04/2014 já haviam sido pagos cerca de R\$ 3 bilhões de despesas classificadas como “restos a pagar” de outros exercícios.

Quanto se observa o número de ações selecionadas, por nível de execução, fica evidente a predominância do nível crítico, aqui classificado como menos de 70% do total autorizado, relativamente ao empenho, e ainda mais no que se refere à liquidação e ao empenho.

Tabela 08 – Resumo das ações selecionadas na Subcategoria de Análise Educação, segundo desempenho da execução orçamentária em 2013

Ações Selecionadas	Nível de Empenho	Nível de Liquidação	Nível de Pagamento
85 A 100%	7	2	2
70 A 84,9%	4	3	3
0 A 69,9 %	11	17	17
Total	22	22	22

Fonte: Siga Brasil – Orçamento Mulher 2013

A principal ação é a **0E36 Complementação da União ao FUNDEB¹⁹**, com valor autorizado de R\$ 10,7 bilhões, que é direcionada aos estados e municípios nos quais o investimento por aluno é inferior ao mínimo fixado nacionalmente a cada ano, considerando o número de alunos da educação básica presentes no censo escolar do ano anterior. Como é uma ação de caráter obrigatório, o total dos recursos autorizados foi empenhado, sendo pagos no mesmo exercício 80,6%.

¹⁹ Segundo o portal do FNDE¹⁹, “a distribuição dos recursos leva em conta também fatores de ponderação, que são definidos anualmente e variam de acordo com desdobramentos da educação básica”, segundo características, no caso da educação infantil, como vinculação pública ou por convenio e se tempo integral ou parcial. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007.

Tabela 9 - Orçamento Mulher – Execução Orçamentária 2013 – Subcategoria de Análise Educação

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado / Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
00FA - APOIO À RECUPERAÇÃO DA REDE FÍSICA ESCOLAR PÚBLICA	5.000.000	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
0969 - APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA	644.000.000	582.000.000	581.472.971	581.399.889	581.399.889	99,91%	99,90%	99,90%
0A26 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-FINANCEIRO	74.450.000	82.056.840	56.056.840	39.753.700	39.753.700	68,31%	48,45%	48,45%
0E36 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	10.745.889.355	10.745.889.355	10.745.889.355	8.665.255.690	8.665.255.690	100,00%	80,64%	80,64%
0E53 - APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - CAMINHO DA ESCOLA	719.184.988	718.184.988	520.729.298	255.866.394	54.932.486	72,51%	35,63%	7,65%
12KU - IMPLANTAÇÃO DE ESCOLAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.984.200.000	1.984.200.000	1.984.200.000	553.766.396	220.284.510	100,00%	27,91%	11,10%
12KV - IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ESTRUTURAS ESPORTIVAS ESCOLARES	1.168.600.000	1.168.600.000	1.168.600.000	243.147.360	129.586.800	100,00%	20,81%	11,09%
20RF - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	183.179.492	219.018.241	119.880.722	44.828.881	44.828.881	54,74%	20,47%	20,47%
20RI - FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	167.203.133	203.735.779	123.640.236	64.927.401	61.046.424	60,69%	31,87%	29,96%
20RJ - APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	344.225.230	666.271.309	395.739.945	233.056.757	215.030.475	59,40%	34,98%	32,27%
20RO - CONCESSÃO DE BOLSAS DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA	1.009.318.052	1.797.814.199	1.508.897.563	1.452.820.862	1.452.820.862	83,93%	80,81%	80,81%
20RP - INFRAESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	1.909.774.524	2.031.006.126	1.743.477.717	532.746.799	114.964.259	85,84%	26,23%	5,66%
20RQ - PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS E MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.981.200.000	1.982.162.223	1.492.136.842	1.112.092.090	1.055.258.297	75,28%	56,10%	53,24%
20RR - INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR, PROMOÇÃO DA SAÚDE NA ESCOLA E COMBATE À VIOLÊNCIA, À DISCRIMINAÇÃO E À VULNERABILIDADE SOCIAL	10.000.000	13.840.112	1.349.110	0	0	9,75%	0,00%	0,00%
20RS - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS COMUNIDADES DO CAMPO, INDÍGENAS, TRADICIONAIS, REMANESCENTES DE QUILOMBO E DAS TEMÁTICAS DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.	15.250.000	15.804.363	10.735.728	5.799.239	5.713.503	67,93%	36,69%	36,15%
20RV - APOIO À MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	392.500.000	333.302.902	44.290.779	20.789.650	20.789.650	13,29%	6,24%	6,24%
20TR - APOIO À MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (MDS)	448.400.000	497.400.000	496.715.827	372.740.983	372.410.034	99,86%	74,94%	74,87%
2A95 - ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - PROJovem	136.500.000	141.779.418	67.917.321	66.587.167	66.587.167	47,90%	46,97%	46,97%
8744 - APOIO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.559.356.700	3.548.334.541	3.547.607.928	3.542.838.224	3.542.185.721	99,98%	99,85%	99,83%
2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA	25.498.231.474	26.731.400.396	24.609.338.182	17.788.417.482	16.642.848.348	92,06%	66,55%	62,26%
0A26 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-FINANCEIRO	29.808.800	29.808.800	22.000.000	0	0	73,80%	0,00%	0,00%
2A95 - ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - PROJovem	251.159.775	104.157.527	47.705.894	10.653.064	8.926.713	45,80%	10,23%	8,57%
2A95 - ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - PROJovem URBANO E CAMPO	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
2044 - AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	280.968.575	133.966.327	69.705.894	10.653.064	8.926.713	52,03%	7,95%	6,66%
TOTAL	25.779.200.049	26.865.366.723	24.679.044.076	17.799.070.547	16.651.775.061	91,86%	66,25%	61,98%

Para além dos direitos das crianças a uma educação de qualidade, a luta pelo acesso a educação infantil integral é uma reivindicação histórica dos movimentos feministas e de mulheres, na medida em que desobriga as mulheres parcialmente do cuidado com os filhos pequenos, possibilitando a ampliação de tempo disponível e assim favorecendo sua inserção produtiva. No entanto, o acesso das crianças à educação infantil é ainda muito limitado e desigual, considerando o critério de renda. Segundo a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República²⁰:

²⁰ “Acesso à educação infantil ainda é desigual no país, aponta a Secretaria de Assuntos Estratégicos”, 16/04/2013, Mariana Tokarnia. Agência Brasil. Seminário Internacional Marco Legal da Primeira Infância, Câmara dos Deputados.

“... em 2011, 45% das crianças com até três anos de idade das famílias 10% mais ricas frequentavam creches. Entre as famílias 10% mais pobres, o acesso à educação foi quase quatro vezes menor, alcançando cerca de 12%. Ao longo do tempo, o aumento do acesso também foi desigual. De 2001 a 2011, entre os 10% mais ricos, houve aumento de 14 pontos percentuais em relação ao número de crianças em creches. Já entre os 10% mais pobres, esse crescimento foi menos da metade: 6 pontos percentuais.”

Para reverter esse quadro, o governo federal lançou algumas iniciativas no âmbito do Programa Brasil Carinhoso. A primeira medida foi à antecipação de repasse do governo federal para unidades públicas de educação infantil que ficaram fora do Censo Escolar, e que por isso não poderiam receber recursos do FUNDEB. Com isso estimula-se a ampliação do número de vagas na educação infantil, pois os municípios não precisarão mais esperar por mais de um ano após a abertura das vagas para receber os repasses federais. Segundo a Lei 12.499/2011, o apoio financeiro é restrito ao período compreendido entre o cadastramento do estabelecimento e o início do recebimento dos recursos do FUNDEB, não podendo ultrapassar 18 meses. Mas, do ponto de vista orçamentário, a execução da ação **20RV Apoio a Manutenção da Educação Infantil** tem se mantido muito abaixo do planejado. Em 2012, dos R\$ 265,7 milhões autorizados, apenas R\$ 47,8 milhões foram empenhados (18%), e somente R\$ 2,1 milhões foram efetivamente pagos. Em 2013 o desempenho orçamentário é ainda pior, pois da dotação prevista de R\$ 333,3 milhões foram empenhados somente 13,3% e pagos 6,2%. Ou seja, a LOA/2013 previa inicialmente 2500 escolas atendidas, o que significa que proporcionalmente a dotação inicial de R\$ 392,5 milhões, apenas 282 escolas foram efetivamente atendidas. É fundamental avaliar os motivos pelos quais a abertura de novas vagas na educação infantil, ficou tão abaixo do planejado pelo MEC, já que este órgão não foi alvo de contingenciamento.

Outra iniciativa é o repasse para as creches de recurso adicional de 50% para cada matrícula de criança de 0 a 48 meses de famílias beneficiários do Programa Bolsa Família, significando um adicional de até R\$ 1.458 por aluno/ano. É uma medida importante, pois propicia melhores condições para o atendimento das crianças em situação de pobreza. A dotação autorizada da ação **20TR Apoio a Manutenção da Educação Infantil (MDS)** em 2013 também foi reajustada em 108,6%, passando de R\$ 238,5 milhões para R\$ 497,4 milhões. Em 2013 toda a dotação autorizada foi empenhada, sendo cerca de 75% liquidados 11,1% pagos. Segundo o último relatório do Plano Brasil Sem Miséria, lançado em março 2014, 3.451 municípios receberam ou ainda receberão R\$ 553,2 milhões para atender 453,5 mil crianças beneficiárias do Bolsa Família matriculadas na rede de educação infantil.

O orçamento 2013 prevê quase R\$ 2,0 bilhões para a ação **12KU Implantação de Escolas para Educação Infantil**, valor 100% empenhado, mas apenas R\$ 554 milhões, 27,9% foram liquidados e R\$ 220,3 milhões, 11,1% do valor autorizado, foram pagos. Até 17/04/2014 foram pagos a título de “restos a pagar” de outros exercícios, cerca de R\$ 465,7 milhões. Esse valor é superior

aos pagamentos de “restos a pagar” verificado no ano de 2013, de R\$ 335,9 milhões, significando uma aceleração dos desembolsos relativos à efetiva implantação de unidades de educação infantil.

A implantação de 6 mil unidades de creches e pré-escolas até 2014 é uma das metas mais relevantes na área de educação no PPA 2011-2015 e no PNPM 2013-2015. Essa meta passou a fazer parte do PAC 2, e em seu 9º Balanço é apresentado o resultado das contratações de unidades de educação infantil, conforme a tabela abaixo.

Entre 2011 e 2013 foram contratados 4.741 empreendimentos, com despesas totais de R\$ 5,9 bilhões. Mas, apenas 14% das obras contratadas em 2011 e 1% das obras contratadas em 2012 foram concluídas. Para as obras contratadas até início de 2013, os municípios podem ter ampliação do prazo de construção de unidades de educação infantil de 2 anos para 3 anos após o recebimento da primeira parcela do financiamento pelo ProInfância, devido às dificuldades encontradas para cumprimento do prazo, a ser analisado caso a caso.

Para o biênio 2013-2014 o governo adotou uma nova estratégia para construção de creches. Passou a ser adotado o Regime Diferenciado de Contratação, que pode contribuir com a agilização do processo. Além disso, uma nova tecnologia de construção passou a ser incorporada, as creches em pré-moldados, a partir de critérios de excelência definidos para os projetos pelo MEC, com certificação do Inmetro. As unidades passam a ser licitadas pelo governo federal via pregão eletrônico, com redução de prazo de execução para até 7 meses e redução do custo de 20 a 24%, possibilitando a entrega de 1,5 mil unidades por ano²¹, cabendo às prefeituras a contrapartida da entrega do terreno, com o planejamento em infraestrutura de água, energia, esgoto. A princípio trata-se de uma estratégia bem vinda, na medida em que agiliza o acesso à educação infantil. No entanto, é preciso que tais tecnologias sejam “certificadas” pela comunidade escolar. Ou seja, é razoável supor que o governo garantirá a contratação das 6 mil unidades de educação infantil até o final de 2014. Mas, a efetiva implantação deve ser acompanhada atentamente nesse prazo.

²¹ Agência Brasil. Mariana Tokarnia Prazo do MEC para construção de creches e pré-escolas é ampliado, 20/02/2013 e Apresentação “Perspectiva da educação no Brasil” do Ministro Aloisio Mercadante no 57º Congresso Paulista de Municípios em abril 2013.

Tabela 10 – Contratação de Creches e Pré-escolas no PAC 2 – 2011-2013

Ano de Seleção	Empreendimentos Contratados	Municípios	Valor Contratado R\$ bilhões
2011	1505	1034	1,5
2012	1620	722	2,1
2013	1616	832	2,3
Total	4741		5,9

Fonte: 9º Balanço do PAC – dez/2013

Do ponto de vista da distribuição regional, observa-se uma forte concentração no Nordeste e no Sudeste, conforme tabela 11.

Tabela 11- Distribuição Regional das Contratações de Creches e Pré-escolas no PAC 2 – 2011-2013

Região	2011	2012	2013	Total	%
Norte	113	282	287	682	14,4%
Nordeste	477	549	580	1606	33,9%
Sudeste	469	321	383	1173	24,7%
Sul	288	235	206	729	15,4%
Centro-Oeste	158	233	160	551	11,6%
Total	1505	1620	1616	4741	100,0%

Fonte: 9º Balanço do PAC 2 Dezembro/2013

1.4 Segurança Alimentar e Nutricional

As ações orçamentárias vinculadas à subcategoria Segurança Alimentar e Nutricional contam com dotação de quase R\$ 1,4 bilhão, sendo empenhados 82,4% e liquidados e pagos cerca de 70%. A principal ação em termos de volume de recursos é **20PY Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena**, cujo nível de empenho alcançou 90% do total autorizado. Por outro lado, várias ações apresentam nível de execução muito baixo ou inexistente, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 12 – Resumo das ações selecionadas na Subcategoria de Análise Segurança Alimentar e Nutricional, segundo desempenho da execução orçamentária em 2013

Ações Selecionadas	Nível de Empenho	Nível de Liquidação	Nível de Pagamento
85 A 100%	3	0	0
70 A 84,9%	0	1	1
0 A 69,9 %	4	6	6
Total	7	7	7

Fonte: SIGA Brasil – Orçamento temático – Mulher 2013

A tabela abaixo apresenta o desempenho orçamentária das ações selecionadas neste subtema:

Tabela 13 – Orçamento Mulher – Execução orçamentária 2013 da subcategoria Segurança Alimentar e Nutricional

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/ Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
20YP - PROMOÇÃO, PROTEÇÃO, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE INDÍGENA	838.000.000	1.108.680.000	997.966.036	914.818.637	912.346.171	90,0%	82,5%	82,3%
2065 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	838.000.000	1.108.680.000	997.966.036	914.818.637	912.346.171	90,0%	82,5%	82,3%
200H - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	38.569.000	38.569.000	38.373.117	21.900.000	21.900.000	99,5%	56,8%	56,8%
20TB - SERVIÇO DE ABASTECIMENTO MÓVEL FLUVIAL	17.880.000	17.880.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
2784 - EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	5.800.000	5.800.000	4.988.730	1.085.648	664.853	86,0%	18,7%	11,5%
2792 - DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS A GRUPOS POPULACIONAIS ESPECÍFICOS	82.000.000	82.000.000	42.676.471	35.983.331	27.067.774	52,0%	43,9%	33,0%
8458 - APOIO À AGRICULTURA URBANA	9.700.000	9.700.000	3.000.000	0	0	30,9%	0,0%	0,0%
8929 - IMPLANTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À PRODUÇÃO, ABASTECIMENTO E CONSUMO DE ALIMENTOS	84.971.790	123.471.790	54.665.848	3.890.360	3.833.980	44,3%	3,2%	3,1%
2069 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	238.920.790	277.420.790	143.704.166	62.859.339	53.466.607	51,8%	22,7%	19,3%
TOTAL	1.076.920.790	1.386.100.790	1.141.670.202	977.677.976	965.812.778	82,4%	70,5%	69,7%

Fonte: SIGA Brasil – Orçamento temático – Mulher 2013

Destaca-se a ação **8929 Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços de Apoio a Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos**, cuja dotação foi suplementada passando de R\$ 85 milhões para R\$ 123,5 milhões. No entanto, o desempenho orçamentário foi crítico nas três fases da execução da despesa. Foram empenhados somente 44,3% e liquidados e pagos, cerca de 3%. A ação tem como órgão executor o MDS, que não sofreu contingenciamento nesse ano.

Ressalte-se que o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional estabelece como uma das metas prioritárias para 2012/2015 o “apoio a instalação de 188 novos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos) em todo o território nacional para o atendimento preferencial a comunidades e bairros periféricos em situação de vulnerabilidade”, que pode estar comprometida a permanecer a execução orçamentária no nível atual, ainda mais quando se verifica que em 2013 não foi lançado edital com esse objetivo.

1.5 Infraestrutura Social Vinculada ao Direito à Moradia

Quase toda a dotação orçamentária do conjunto das ações selecionadas no âmbito dessa subcategoria foi comprometida com despesas, atingindo nível de empenho de 98,1%. Mas, a efetiva realização das despesas foi em grande parte transferida para outros exercícios, pois o nível de liquidação e pagamento situou-se em torno de 40%. Quando se considera o perfil da execução por ação, observa-se que todas as ações apresentaram nível crítico em termos de liquidação e pagamento das despesas:

Tabela 14 - Resumo da Execução Orçamentária das Ações Selecionadas, por Programa, da subcategoria Infraestrutura Social Vinculada ao Direito à Moradia

Ações Selecionadas	Nível de Empenho	Nível de Liquidação	Nível de Pagamento
85 A 100%	13	0	0
70 A 84,9%	1	0	0
0 A 69,9 %	10	24	24
Total	24	24	24

Fonte: SIGA Brasil – Orçamento temático – Mulher 2013

É importante ressaltar, no entanto, que a maioria das ações elencadas nesta subcategoria faz parte do PAC 2, especialmente no *Eixo Minha Casa, Minha Vida*, que envolve o próprio programa MCMV, mas também as ações de Urbanização de Assentamentos Precários, além do financiamento habitacional pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), no *Eixo Água e Luz para Todos*, que envolve as os investimento em Água em Áreas Urbanas, Luz para Todos e Recursos Hídricos, e no *Eixo Cidade Melhor*, com os investimentos em ações de saneamento, entre outros.

Isso significa que tais investimentos contam com outras fontes de financiamento, em dimensões muito mais expressivas, que os recursos previstos no Orçamento Geral da União. Por essa razão, mesmo quando no âmbito do OGU apresentam baixa execução orçamentária, as ações podem estar sendo realizadas com outras fontes e os resultados esperados podem estar sendo alcançados.

Tabela 15 - Orçamento Mulher - Execução Orçamentária das Ações Selecionadas, por Programa, da subcategoria Infraestrutura Social Vinculada ao Direito à Moradia, em 2013

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/ Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
1379 - ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR ENERGIA ELÉTRICA EM LOCALIDADES ISOLADAS NÃO-SUFRIDAS PELA REDE ELÉTRICA CONVENCIONAL	2.720.667	2.720.667	904.424	25.091	25.091	33,2%	0,9%	0,9%
20A9 - APOIO A INICIATIVAS DE USO PRODUTIVO DE ENERGIA ELÉTRICA	3.213.465	3.213.465	1.790.303	1.778.704	1.778.704	55,7%	55,4%	55,4%
2033 - ENERGIA ELÉTRICA	5.934.132	5.934.132	2.694.727	1.803.795	1.803.795	45,4%	30,4%	30,4%
00AF - INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR	9.000.000.000	10.737.978.027	10.737.978.027	6.232.000.000	6.232.000.000	100,0%	58,0%	58,0%
00CX - SUBVENÇÃO ECONÔMICA DESTINADA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE SOCIAL EM ÁREAS RURAIS (LEI Nº 11.977, DE 2009)	315.000.000	1.146.647.000	1.146.647.000	372.705.041	372.705.041	100,0%	32,5%	32,5%
00CY - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS	315.000.000	315.000.000	315.000.000	0	0	100,0%	0,0%	0,0%
0E64 - SUBVENÇÃO ECONÔMICA DESTINADA À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM CIDADES COM MENOS DE 50.000 HABITANTES (LEI Nº 11.977, DE 2009)	970.000.000	570.000.000	570.000.000	49.942.714	49.330.214	100,0%	8,8%	8,7%
10S3 - APOIO A URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	814.000.000	717.966.141	682.966.139	17.579.212	17.579.212	95,1%	2,4%	2,4%
10S6 - APOIO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	288.800.000	234.920.525	187.855.805	9.555.508	9.555.508	80,0%	4,1%	4,1%
10S7 - APOIO A PROVIDÊNCIA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL	141.329.000	42.371.265	14.544.514	728.005	728.005	34,3%	1,7%	1,7%
20NX - APOIO A SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	400.000	400.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
20Z0 - APOIO AO FORTALECIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO	400.000	400.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
20Z9 - APOIO A MELHORIA E À MODERNIZAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL	182.000	182.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
8875 - APOIO À ELABORAÇÃO DE PLANOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	100.000.000	30.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
2049 - MORADIA DIGNA	13.845.111.000	15.665.894.958	15.554.991.485	6.682.510.480	6.681.897.980	99,3%	42,7%	42,7%
8866 - APOIO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS URBANAS (PAPEL PASSADO)	136.706.000	136.706.000	31.834.378	0	0	23,3%	0,0%	0,0%
2054 - PLANEJAMENTO URBANO	136.706.000	136.706.000	31.834.378	0	0	23,3%	0,0%	0,0%
7684 - SANEAMENTO BÁSICO EM ALDEIAS INDÍGENAS PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS	59.400.000	27.720.000	27.720.000	386.058	386.058	100,0%	1,4%	1,4%
2065 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	59.400.000	27.720.000	27.720.000	386.058	386.058	100,0%	1,4%	1,4%
20MG - ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS, PROJETOS, OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA A COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	53.779.770	47.645.770	1.400.000	0	0	2,9%	0,0%	0,0%
20W6 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	11.703.443	11.703.443	1.332.879	356.178	351.458	11,4%	3,0%	3,0%
2067 - RESÍDUOS SÓLIDOS	65.483.213	59.349.213	2.732.879	356.178	351.458	4,6%	0,6%	0,6%
10S5 - APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 50 MIL HABITANTES OU MUNICÍPIOS INTEGRANTES DE REGIÕES METROPOLITANAS OU DE REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO	427.491.263	431.891.263	380.891.263	32.612.426	32.612.426	88,2%	7,6%	7,6%
7652 - IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	93.550.905	93.550.905	91.450.905	8.746.961	7.996.960	97,8%	9,3%	8,5%
7656 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE AÇÕES E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS DE SANEAMENTO BÁSICO EM COMUNIDADES RURAIS, TRADICIONAIS E ESPECIAIS PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	97.275.000	115.275.000	112.561.241	28.398.352	13.594.241	97,6%	24,6%	11,8%
2068 - SANEAMENTO BÁSICO	618.317.168	640.717.168	584.903.409	69.757.739	54.203.627	91,3%	10,9%	8,5%
11V1 - ACESSO À ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO NA ZONA RURAL	383.000.000	383.000.000	376.830.400	27.872.862	27.872.862	98,4%	7,3%	7,3%
120C - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA OFERTA DE ÁGUA	1.446.300.000	1.221.434.792	1.205.593.634	502.694.274	377.146.964	98,7%	41,2%	30,9%
8695 - DESSALINIZAÇÃO DE ÁGUA - ÁGUA DOCE - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA	90.866.517	90.866.517	90.775.043	317.803	317.803	99,9%	0,3%	0,3%
8948 - ACESSO À ÁGUA PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	440.000.000	440.000.000	439.970.000	33.069.054	33.069.054	100,0%	7,5%	7,5%
2069 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	2.360.166.517	2.135.301.309	2.113.169.077	563.953.993	438.406.683	99,0%	26,4%	20,5%
TOTAL	17.091.118.030	18.671.622.780	18.318.045.954	7.318.768.244	7.177.049.601	98,1%	39,2%	38,4%

Fonte: Senado Federal, SIGA BRASIL- Orçamento Mulher 2013

Segundo a CAIXA²², o Programa Minha Casa Minha Vida - Recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) destina-se a aquisição de terreno e construção ou requalificação de imóveis constituídos de apartamentos ou casas que depois de concluídos são alienados às famílias que possuem renda

²² http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/saiba_mais.asp

familiar mensal de até R\$ 1.600,00. Para esse limite de renda a meta atual é de produção de 860 mil unidades habitacionais até o ano de 2014, para as operações contratadas com recursos especificamente do FAR. Os recursos são oriundos do Orçamento Geral da União, e na LOA 2013 foram previstos aporte de recursos através da ação **00AF - Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR**, no valor de R\$ 10,7 bilhões, destinada a 163.631 unidades habitacionais contratadas. Essa dotação foi totalmente empenhada, sendo 58% liquidados e pagos.

As ações, **00CW, 00CX e 0E64** vinculadas a Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social e a ação **00CY Transferência ao Fundo de Desenvolvimento Social**, todas destinadas ao financiamento do PMCMV, foram empenhadas em sua quase totalidade, mas o nível de liquidação e pagamento foi crítico em 2013.

O Programa confere a mulher um papel diferenciado, pois segundo a Lei 12.693/2012 o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, no caso de dissolução de união estável, separação ou divórcio, com subvenções oriundas de recursos do orçamento geral da União, do FAR e do Fundo de Desenvolvimento Social, será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicável, excetuados os casos que envolvam recursos do FGTS.²³ As mulheres também poderão firmar contrato no âmbito do programa sem a necessidade de assinatura dos maridos. Ressalte-se que na primeira etapa do Programa MCMV 47% dos contratos foram assinados por mulheres.

As ações vinculadas à oferta de água, selecionadas no Programa Segurança Alimentar e Nutricional, totalizam um valor autorizado de R\$ 2,1 bilhões, quase todo empenhado, 99%, mas pagos somente 20,5 %. Até 03/05/2014 foram pagos a título de restos a pagar R\$ 336,1 milhões.

Foi sancionada em outubro/2013 a lei que institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água da Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas, com a finalidade de promover o acesso à água para o consumo humano e animal e para a produção de alimentos, por meio de implementação de tecnologias sociais, destinado às famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água. São tecnologias fundamentais para a garantia da segurança alimentar e para a melhoria das condições de vida das populações que sofrem com as estiagens.

²³ Esta regra não será aplicada quando o casal tiver filhos e a guarda deles após a separação for dada exclusivamente ao pai, e nesse caso, a propriedade do imóvel comum será transferida para o homem

Na vida das mulheres o impacto é ainda mais relevante, considerando a ampliação do tempo disponível por não precisar buscar água longe de suas casas.²⁴ Conforme relata Soares(2010), citada por Vieira e Cabral (2011):

“Segundo a pesquisadora Daniela Nogueira Soares (2010) o impacto do Programa *Um milhão de Cisternas na vida das mulheres do Semiárido Brasileiro* apresenta três dimensões:

1. Condição social: reconhecimento do trabalho e do saber das mulheres na gestão da água;
2. Mudanças no cotidiano: mais tempo, mais saúde e educação;
3. Econômico: pequena criação ou produção de animais, verduras ou frutas”

O programa existe desde 2003, mas apresentava muitas dificuldades de execução, que limitavam seus resultados. De 2003 a 2010 foram implementadas apenas 300 mil cisternas, apesar da meta ser de Um milhão de cisternas. O Plano Brasil Sem Miséria prevê o atendimento de 750 mil famílias, com a garantia do acesso à água para o consumo e para a pequena produção. Para impulsionar seus resultados e dar cumprimento a uma das deliberações da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2011, a Lei permite a dispensa de licitação, possibilitando a contratação simplificada para a construção dessas tecnologias. O MDS poderá firmar parcerias com Estados, o Distrito Federal, os Municípios, os consórcios públicos constituídos como associação pública e as entidades privadas sem fins lucrativos, inclusive aquelas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Estes parceiros podem contratar entidades privadas sem fins lucrativos, mediante a realização de chamada pública daquelas previamente credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Segundo o Balanço do PBSM de 2011 a 2013 já foram entregues 48,1 mil cisternas para consumo²⁵. Aponta ainda que 46,7 mil cisternas de produção e outras tecnologias sociais já foram instaladas, e devem atingir 76 mil até 2014 para recuperar a capacidade produtiva das famílias afetadas pela estiagem prolongada.

Ressalte-se que o Balanço apresenta “entregas”, enquanto a execução orçamentária apresenta em grandes linhas o comprometimento com as despesas, o que parece contraditório.

1.6 Ações transversais vinculadas à prevenção ao uso do crack e outras drogas e assistência aos usuários

O Plano “Crack, é possível vencer” tem por finalidade prevenir o uso e promover a atenção integral ao usuário de crack, bem como enfrentar o tráfico de drogas. Nesse

²⁴ CFEMEA, Igualdade, para ter Fundamento tem que ter Orçamento, Celia Vieira e Gilda Cabral, 2011

²⁵ Balanço do PBSM – março/2014

sentido é estruturado a partir de 3 eixos: Prevenção, através de ações de educação, informação e capacitação; Cuidado, a partir do aumento da oferta de serviços de tratamento e atenção aos usuários e familiares; e Autoridade, através do enfrentamento ao tráfico e às organizações criminosas.

O Plano é mais amplo que as ações evidenciadas através de planos orçamentários. Mas, no conjunto identificado dispõe de dotações no valor de R\$ 846,8 milhões, dos quais foram empenhados R\$ 669,3 milhões e liquidados e pagos R\$ 546 milhões. O programa, 2060 que deveria ser o eixo estruturante do Plano apresenta um baixíssimo desempenho orçamentário, com apenas 38,5% de recursos empenhados e meros 2,5% pagos. Destaque-se a incorporação do plano orçamentário que inclui a Rede de Atenção Psicossocial - Raps/Crack, a partir de julho de 2013 com R\$ 402 milhões, com sua totalidade efetivamente executada.

Tabela 16 – Orçamento Mulher – Execução orçamentária das Ações e Planos Orçamentários vinculados à Prevenção ao uso do crack e outras drogas e assistência aos usuários

Ação (Cod/Desc)	Plano Orçamentário	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/Autorizado	Liquidado/Autorizado	Pago/Autorizado
201E - POLÍTICA PÚBLICA SOBRE		104.221.700	104.221.700	33.352.917	3.662.851	3.587.558	32,0%	3,5%	3,4%
20R9 - PREVENÇÃO DE USO E/OU ABUSO DE DROGAS		119.845.829	119.845.829	46.129.477	2.098.164	2.082.719	38,5%	1,8%	1,7%
2060 - COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE CRACK, ÁLCOOL E OUTRAS DROGA		224.067.529	224.067.529	79.482.393	5.761.016	5.670.278	35,5%	2,6%	2,5%
20AD - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA	0007 - CRACK, E POSSIVEL VENCER (CONSULTORIO DE RUA)	42.480.000	7.245.000	7.245.000	6.739.000	6.721.000	100,0%	93,0%	92,8%
20B0 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE MENTAL	0002 - CRACK, E POSSIVEL VENCER	95.928.000	24.723.501	17.450.946	15.540.000	15.540.000	70,6%	62,9%	62,9%
20YD - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAÚDE	0007 - CRACK E POSSIVEL VENCER	0	36.715.316	35.394.029	14.954.089	14.954.089	96,4%	40,7%	40,7%
8585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	000F - REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - RAPS/CRACK (A PARTIR DE JULHO/2013)	0	402.023.834	402.023.819	398.565.029	398.565.029	100,0%	99,1%	99,1%
8535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	0002 - CRACK, E POSSIVEL VENCER	0	70.023.180	69.697.659	63.925.817	63.925.817	99,5%	91,3%	91,3%
	0009 - CRACK, E POSSIVEL VENCER	0	54.000.000	37.239.000	19.800.000	19.800.000	69,0%	36,7%	36,7%
2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)		138.408.000	594.730.831	569.050.453	519.523.935	519.505.935	95,7%	87,4%	87,4%
2A65 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	0004 - CRACK, E POSSIVEL VENCER - ABORDAGEM SOCIAL NA RUA	79.800.000	28.000.000	20.740.000	20.740.000	20.740.000	74,1%	74,1%	74,1%
2037 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)		79.800.000	28.000.000	20.740.000	20.740.000	20.740.000	74,1%	74,1%	74,1%
Total		442.275.529	846.798.360	669.272.847	546.024.951	545.916.213	79,0%	64,5%	64,5%

Fonte: SIGA Brasil – Orçamento temático - Mulher

Categoria de Análise 2. Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade no Mundo do Trabalho no Campo e na Cidade

Em 2013 o desempenho orçamentária da Categoria de Análise 2 em seu conjunto foi preocupante do ponto de vista do comprometimento com as despesas e crítico em relação à efetiva realização das despesas. Com uma dotação R\$ 26,28 bilhões, só foram empenhados 76,5% e efetivamente executados cerca de 35%, como pode ser observado na tabela

Tabela 17 - Resumo da Execução Orçamentária dos Programas, da Categoria de Análise 2. Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, no Campo e na Cidade

Programas - Ações	Nível de Empenho	Nível de Liquidação	Nível de Pagamento
85 A 100%	3	0	0
70 A 84,9%	7	0	0
0 A 69,9 %	11	21	21
Total	21	21	21

Fonte: SIGA Brasil – Orçamento Mulher 2013

A tabela 17 resume o desempenho orçamentário, por fases da execução da despesa, por cada um dos programas selecionado, confirmando esse diagnóstico. Apenas 3 programas apresentam nível de empenho adequado, e todos os 21 programas apresentaram nível crítico de liquidação e pagamento. Dos R\$ 20,1 bilhões empenhados, R\$ 10,8 bilhões só serão executados em outros exercícios. Até 03/05/2014 foram pagos R\$ 3,2 bilhões a título de restos a pagar nesta categoria.

O desempenho da execução orçamentária do programa **2012 Agricultura Familiar** apresentou nível preocupante em termos de recursos empenhados, apenas 77,5% do autorizada, e níveis extremamente baixos de execução, com apenas 18,5% pagos no mesmo exercício. Trata-se de um programa estruturante no meio rural para a efetivação dos direitos das mulheres, com 18 metas carimbadas no PPA 2012-2015. Mas, do ponto de vista orçamentário apenas duas ações apresentam planos orçamentários carimbados para as mulheres. No âmbito da ação **2100 - Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar** são destacados R\$ 5 milhões para as *Mulheres Rurais nos Territórios da Cidadania*, recurso que foi totalmente empenhado, mas nada foi executado em 2013, sendo incorporado aos “restos a pagar”.

Tabela 18 – Orçamento Mulher – Execução orçamentária de 2013 Categoria 2. Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade no Mundo do Trabalho no Campo e na Cidade, por programa

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/ Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
2012 - AGRICULTURA FAMILIAR	5.264.378.664	6.793.408.744	5.266.442.510	1.262.598.031	1.256.619.666	77,5%	18,6%	18,5%
2016 - POLÍTICA PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA	16.442.500	19.442.500	14.994.177	2.984.014	2.984.014	77,1%	15,3%	15,3%
2018 - BIODIVERSIDADE	91.221.000	91.221.000	58.666.051	54.183.676	54.183.676	64,3%	59,4%	59,4%
2021 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	99.400.955	101.600.955	36.015.626	3.345.646	951.269	35,4%	3,3%	0,9%
2025 - COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA	223.940.446	171.634.066	85.651.651	19.098.275	15.105.444	49,9%	11,1%	8,8%
2027 - CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	27.111.500	26.171.500	7.801.616	2.590.182	2.581.929	29,8%	9,9%	9,9%
2029 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	1.054.714.694	2.268.646.835	1.859.603.699	248.284.680	240.553.369	82,0%	10,9%	10,6%
2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA	745.200.000	533.383.800	532.802.253	209.150.637	208.971.343	99,9%	39,2%	39,2%
2031 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	6.078.819.230	7.009.932.894	5.940.758.738	4.155.326.426	4.007.159.907	84,7%	59,3%	57,2%
2032 - EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, POS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	4.261.742.510	4.652.544.969	3.831.402.484	2.140.774.760	2.031.716.931	82,4%	46,0%	43,7%
2036 - FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS	4.075.000	4.075.000	2.435.499	1.742.128	1.742.128	59,8%	42,8%	42,8%
2044 - AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	4.986.000	4.986.000	4.284.157	260.130	259.625	85,9%	5,2%	5,2%
2045 - LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	1.600.000	1.600.000	98.189	84.324	84.324	6,1%	5,3%	5,3%
2047 - MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	63.281.100	71.581.100	16.640.096	4.295.594	4.295.594	23,2%	6,0%	6,0%
2052 - PESCA E AQUICULTURA	393.860.337	393.760.337	112.327.858	25.632.202	23.510.402	28,5%	6,5%	6,0%
2062 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1.500.000	1.000.000	8.576	8.576	8.576	0,9%	0,9%	0,9%
2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	1.692.851.738	1.752.851.738	664.737.652	231.357.317	228.205.182	37,9%	13,2%	13,0%
2067 - RESÍDUOS SÓLIDOS	72.253.000	72.653.000	70.115.417	7.165.182	6.165.182	96,5%	9,9%	8,5%
2069 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICION	1.625.835.600	1.355.031.551	818.942.738	426.593.788	419.109.207	60,4%	31,5%	30,9%
2071 - TRABALHO, EMPREGO E RENDA	728.930.854	819.056.146	650.752.332	475.653.713	474.443.200	79,5%	58,1%	57,9%
2076 - TURISMO	189.579.570	175.579.570	143.164.920	93.305.308	92.715.605	81,5%	53,1%	52,8%
Total	22.641.724.698	26.320.161.705	20.117.646.241	9.364.434.591	9.071.366.573	76,4%	35,6%	34,5%

Fonte: SIGA Brasil – Orçamento Mulher 2013

Já a ação 210W - Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais, dispôs de R\$ 30,6 milhões, mas só foram empenhados R\$ 21,9 milhões, 71,4%, nível de comprometimento com despesas preocupante. A tabela a seguir apresenta o detalhamento da ação, por plano orçamentário.

Tabela 19 – Orçamento Mulher – Execução orçamentária 2013 - Ação 210W - Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais, segundo planos orçamentários

Plano Orçamentário	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/ Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
0001 - ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE TRABALHADORAS RURAIS	999.999	999.999	818.130	220.291	220.291	81,8%	22,0%	22,0%
0002 - DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL	500.000	500.000	494.126	484.062	484.062	98,8%	96,8%	96,8%
0004 - BRASIL SEM MISERIA - DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL	19.900.000	19.900.000	13.239.580	6.973.217	6.966.391	66,5%	35,0%	35,0%
0005 - TERRITÓRIOS DA CIDADANIA - ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE TRABALHADORAS RURAIS	6.738.126	6.738.126	5.328.053	427.563	427.563	79,1%	6,3%	6,3%
0006 - TERRITÓRIOS DA CIDADANIA - DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL	1.000.000	1.000.000	500.000	500.000	500.000	50,0%	50,0%	50,0%
0007 - TERRITÓRIOS DA CIDADANIA - APOIO AO PLANEJAMENTO E A GESTÃO SOCIAL COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	1.500.000	1.500.000	1.499.996	0	0	100,0%	0,0%	0,0%
210W - APOIO À ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E PROMOÇÃO DA CIDADANIA DE MULHERES RURAIS	30.638.125	30.638.125	21.879.884	8.605.133	8.598.307	71,4%	28,1%	28,1%

Fonte: SIGA Brasil – Orçamento temático - Mulher

Os três po's que se referem à documentação da trabalhadora rural, ação fundamental para a obtenção da cidadania formal e o acesso a direitos e serviços públicos, contaram com dotação autorizada de R\$ 21,4 milhões, portanto a principal finalidade da ação, mas apresentam empenhos no valor de

apenas R\$ 14,2 milhões, dos quais foram executados R\$ 8 milhões. Vale lembrar que o PPA 2012-2015 tem como meta a emissão gratuita de 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e a realização de 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres. Outros dois po's de referem à organização produtiva de trabalhadoras rurais, cujo "foco é valorizar os princípios da econômica solidária e feminista, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização", que dispuseram de despesas autorizadas no valor de R\$ 7,7 milhões, sendo empenhados apenas R\$ 6,1 milhão, mas executados somente R\$ 648 mil, o que representou meros 8,4% do valor autorizado. Trata-se de um desempenho orçamentário crítico, que podem comprometer o cumprimento das metas estabelecidas no PPA 2012-2015. São números muito preocupantes, considerando a importância dessas dimensões para a inclusão produtiva e cidadã das mulheres rurais.

Nas ações de caráter geral do programa **2012**, em termos de volume de recursos destacam-se as ações vinculadas à equalização de preços e juros, que são subsídios governamentais aos agricultores familiares, e a contribuição ao Fundo Garantia-Safra, que juntas representaram 77,7% do total autorizado do programa, mas apenas 15% foram executados em 2013.

Os recursos destinados à economia solidária no âmbito do programa **2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**, foram reduzidos em cerca de 33% no decorrer do exercício, passando de R\$ 340,7 milhões para R\$ 229,7 milhões. Em seu conjunto apenas 31,6% do total autorizado foi empenhado e apenas 5% foi pago, conforme se observa na tabela 24.

Tabela 20 – Orçamento Mulher – Execução orçamentária 2013 das ações vinculadas à Economia Solidária - Programa 2029 Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/ Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
20GG - FOMENTO, CAPACITAÇÃO OCUPACIONAL, INTERMEDIÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EMPREENHIMENTOS POPULARES E SOLIDÁRIOS E A TRABALHADORES	245.500.000	133.845.306	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
20YT - FOMENTO E FORTALECIMENTO DE EMPREENHIMENTO ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SUAS REDES DE COOPERAÇÃO	77.330.852	77.330.852	56.764.592	12.742.518	8.945.739	73,4%	16,5%	11,6%
20ZL - FORTALECIMENTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	17.900.000	18.500.000	15.888.998	3.654.221	2.600.621	85,9%	19,8%	14,1%
Total	340.730.852	229.676.158	72.653.590	16.396.740	11.546.361	31,6%	7,1%	5,0%

Fonte: SIGA Brasil – Orçamento temático - Mulher

Essa insignificante execução pode ter comprometido o alcance das metas previstas no PPA 2012-2015, entre as quais a meta de "Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra".

A SPM é responsável pela execução da ação **8843 - Incentivo a Políticas de Autonomia das Mulheres**, no âmbito do programa **2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência**. Essa ação se destina a realização de pesquisas, campanhas, projetos, seminários, cursos, concursos, prêmios, publicações e outros eventos para a promoção da autonomia econômica das mulheres. Para isso a SPM contou com cerca de R\$ 19,4 milhões em 2013, dos quais foram empenhados R\$ 15 milhões, que representaram 77,1% do valor autorizado, e liquidados R\$ 3 milhões, apenas 15,3% do autorizado. Tal desempenho segue o padrão da execução orçamentária do conjunto das demais ações dessa Categoria, quando parte substantiva das ações relativas à Lei Orçamentária 2013 será implementadas em exercícios futuros. Ressalte-se que até 03/05/2014 foram pagos R\$ 5,8 milhões a título de restos a pagar de exercícios anteriores.

As ações selecionadas no programa **2031 - Educação Profissional e Tecnológica**, apresentaram em seu conjunto um crescimento da dotação no decorrer de 2013 de 15%, mas que infelizmente não se refletiu em sua execução, sendo empenhados praticamente o previsto inicialmente. Da previsão de R\$ 7 bilhões, foram empenhados R\$ 5,9 bilhões e efetivamente pagos R\$ 4 bilhões. A quase totalidade desses recursos foram destinados ao PRONATEC, onde em torno de 60% das matrículas são de mulheres. Segundo a Presidenta Dilma Rousseff²⁶, o Pronatec já realizou mais de 6 milhões de matrículas em todo país, sendo 1,7 milhão de matrículas em cursos técnicos de nível médio e 4,4 milhões em cursos de qualificação profissional, de menor duração.

Desse total, os jovens de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família acessam ao PRONATEC Brasil Sem Miséria, onde as mulheres são a maioria entre os inscritos, 67,4%, que oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional para o público de baixa renda que levam em conta as oportunidades abertas na região. De janeiro/2012 a dezembro/2013 já foram matriculados 842 mil matrículas em cursos ministrados por Sistema S, Institutos Federais e redes estaduais, e a meta para 2014 é de Um milhão de matrículas. O programa está presente em 2.692 municípios, segundo o Caderno de Resultados do PBSM.²⁷ Do total de R\$ 3,8 bilhões destinados ao PRONATEC, já foram empenhados R\$ 2,7 bilhões.

Desenvolvido no âmbito da ação **6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica**, o Programa Mulheres Mil, “visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.”²⁸ Apesar de fazer parte do

²⁶ MEC. Presidenta promete prosseguir expansão da rede profissional, 24 de março de 2014.

²⁷ Caderno de Resultados Plano Brasil Sem Miséria, março 2014

²⁸ Portaria do MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011



Orçamento Mulher 2013

Plano Brasil Sem Miséria, o que deveria lhe garantir prioridade, realizou pouquíssimas despesas em 2013. Os recursos alocados foram de apenas R\$ 29,7 milhões, e mesmo assim só foram empenhados um pouco mais da metade, 55,9% e efetivamente realizados em 2013 apenas 36%. Ressalte-se que a única meta relativa ao programa presente no PPA 2012-2015 foi drasticamente reduzida, passando de 10 mil pescadoras e aquicultoras capacitadas para apenas 2 mil. O Edital lançado em 2012 previa a implantação de 102 novos Núcleos de Desenvolvimento do Programa Mulheres Mil nos Institutos Federais, a capacitação de 204 servidores dos Institutos Federais e a efetivação de até 10.200 matrículas de alunas no Programa Mulheres Mil. Ressalte-se que a meta do programa no PNPM 2013 -2015 é capacitar 100 mil mulheres até 2014.

No âmbito do programa **2071 - Trabalho, Emprego e Renda**, destaca-se o programa CRESCER, voltado ao microcrédito produtivo orientado aos microempreendedores que integram inclusive o público do Brasil Sem Miséria. A oferta do microcrédito e da assistência técnica é realizada em parceria com bancos públicos e o governo através da ação orçamentária **00JO Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado**, equaliza até R\$ 500 milhões por ano para garantir a redução dos juros e a orientação para o crédito. Segundo a Presidenta Dilma 61% do volume de operações foram feitas pelas mulheres.²⁹ Em 2013, foram empenhados R\$ 524,5 milhões e executados R\$ 405,4 milhões.

A seguir segue o detalhamento da categoria 2. Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade no Mundo do Trabalho no Campo e na Cidade:

²⁹ Portal Brasil. Dilma: "Vamos mudar o horizonte do micro e do pequeno empresário para que ele possa crescer sempre", Café com a Presidenta.10/03/2014

Tabela 21 - Orçamento Mulher – Execução orçamentária 2013 – Categoria 2(part1)

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago	Empenhado/Autorizado	Liquidado/Autorizado	Pago/Autorizado
00GW - EQUALIZAÇÃO PARA GARANTIA E SUSTENTABILIDADE DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (LEI Nº 8.427, DE 1992).	150.000.000	150.000.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
00GZ - EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS NAS AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NA FORMAÇÃO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATÉGICOS - AGF-AF (LEI Nº 8.427, DE 1992)	30.000.000	30.000.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
0281 - EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI Nº 8.427, DE 1992)	3.345.378.555	3.679.378.555	3.480.622.509	41.490.509	41.490.509	94,6%	1,1%	1,1%
0359 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO GARANTIA-SAFRA (LEI Nº 10.420, DE 2002)	203.000.000	1.420.330.080	980.330.080	980.330.080	980.330.080	69,0%	69,0%	69,0%
0481 - FINANCIAMENTO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (LEI Nº 10.186, DE 2001)	350.000.000	350.000.000	205.297.378	144.663.290	144.663.290	58,7%	41,3%	41,3%
20G1 - FORMAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS COM PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - AGF-AF	200.000.000	200.000.000	6.537.000	90.611	0	3,3%	0,0%	0,0%
2100 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTURA FAMILIAR	506.341.624	484.041.624	251.260.543	4.018.282	4.010.140	51,9%	0,8%	0,8%
2105 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA REFORMA AGRÁRIA	353.264.209	353.264.209	277.711.962	63.616.571	58.941.031	78,6%	18,0%	16,7%
210V - PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	95.556.151	95.556.151	42.803.153	19.783.554	18.586.310	44,8%	20,7%	19,5%
210W - APOIO A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E PROMOÇÃO DA CIDADANIA DE MULHERES RURAIS	30.638.125	30.638.125	21.879.884	8.605.133	8.598.307	71,4%	28,1%	28,1%
6087 - PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E AGRICULTORES FAMILIARES	200.000	200.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
2012 - AGRICULTURA FAMILIAR	5.264.378.664	6.793.408.744	5.266.442.510	1.262.598.031	1.256.619.666	77,5%	18,6%	18,5%
8843 - INCENTIVO A POLÍTICAS DE AUTONOMIA DAS MULHERES	16.442.500	19.442.500	14.994.177	2.984.014	2.984.014	77,1%	15,3%	15,3%
2016 - POLÍTICA PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA	16.442.500	19.442.500	14.994.177	2.984.014	2.984.014	77,1%	15,3%	15,3%
20VP - APOIO À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E À ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA - BOLSA VERDE	91.221.000	91.221.000	58.666.051	54.183.676	54.183.676	64,3%	59,4%	59,4%
2018 - BIODIVERSIDADE	91.221.000	91.221.000	58.666.051	54.183.676	54.183.676	64,3%	59,4%	59,4%
20UQ - APOIO A EXTENSÃO TECNOLÓGICA PARA INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	99.400.955	101.600.955	36.015.626	3.345.646	951.269	35,4%	3,3%	0,9%
2021 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	99.400.955	101.600.955	36.015.626	3.345.646	951.269	35,4%	3,3%	0,9%
20V8 - APOIO A PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL	79.106.357	80.799.977	34.976.951	1.616.052	1.616.052	43,3%	2,0%	2,0%
20ZB - APOIO A PROGRAMAS E PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL	144.834.089	90.834.089	50.674.700	17.482.224	13.489.392	55,8%	19,2%	14,9%
2025 - COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA	223.940.446	171.634.066	85.651.651	19.098.275	15.105.444	49,9%	11,1%	8,8%
0B85 - CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO A EMPREENDEDORES CULTURAIS (LEI Nº 8.313, DE 1991)	15.000.000	15.000.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
20ZM - PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA CULTURAL	12.111.500	11.171.500	7.801.616	2.590.182	2.581.929	69,8%	23,2%	23,1%
2027 - CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	27.111.500	26.171.500	7.801.616	2.590.182	2.581.929	29,8%	9,9%	9,9%
20GG - FOMENTO, CAPACITAÇÃO OCUPACIONAL, INTERMEDIÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EMPREENDEDORES POPULARES E SOLIDÁRIOS E A TRABALHADORES	245.500.000	133.845.306	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
20N7 - FOMENTO DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVA PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - APLS - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA	169.546.043	194.532.878	135.315.420	11.377.654	9.505.078	69,6%	5,8%	4,9%
20N8 - PROMOÇÃO DE INICIATIVAS PARA O PRIMORAMENTO DA PRODUÇÃO E INSERÇÃO MERCADOLÓGICA - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA	36.013.324	36.013.324	29.750.419	5.795.807	5.071.453	82,6%	16,1%	14,1%
20N9 - APOIO AO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA	11.600.000	11.600.000	10.265.395	439.296	374.521	88,5%	3,8%	3,2%
20NC - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO PARA APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - APLS	200.000	200.000	126.270	108.872	101.265	63,1%	54,4%	50,6%
20NK - ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS SUB-REGIONAIS	18.550.000	18.550.000	15.850.000	1.691.278	1.691.278	85,4%	9,1%	9,1%
20YT - FOMENTO E FORTALECIMENTO DE EMPREENDEDORISMO ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SUAS REDES DE COOPERAÇÃO	77.330.852	77.330.852	56.764.592	12.742.518	8.945.739	73,4%	16,5%	11,6%
20ZL - FORTALECIMENTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	17.900.000	18.500.000	15.888.998	3.654.221	2.600.621	85,9%	19,8%	14,1%
210X - APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	477.674.475	1.777.674.475	1.595.642.605	212.475.034	212.263.414	89,8%	12,0%	11,9%
4641 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	400.000	400.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
2029 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	1.054.714.694	2.268.646.835	1.859.603.699	248.284.680	240.553.369	82,0%	10,9%	10,6%
0920 - CONCESSÃO DE BOLSA PARA EQUIPES DE ALFABETIZAÇÃO	453.200.000	317.240.000	317.240.000	0	0	100,0%	0,0%	0,0%
8526 - APOIO À INICIATIVAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	4.000.000	3.841.641	3.611.941	282.774	105.100	94,0%	7,4%	2,7%
8790 - APOIO À ALFABETIZAÇÃO E À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	288.000.000	212.302.159	211.950.311	208.867.863	208.866.243	99,8%	98,4%	98,4%
2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA	745.200.000	533.383.800	532.802.253	209.150.637	208.971.343	99,9%	39,2%	39,2%

Tabela 21 - Orçamento Mulher – Execução orçamentária 2013 – Categoria 2(part 2)

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago	Empenhado/Autorizado	Liquidado/Autorizado	Pago/Autorizado
20RG - EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	885.005.198	1.042.032.908	825.188.786	160.230.868	137.968.024	79,2%	15,4%	13,2%
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.842.225.408	2.072.176.204	1.762.937.406	1.100.946.508	1.016.065.191	85,1%	53,1%	49,0%
20RW - APOIO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	2.398.188.000	2.889.484.534	2.753.473.656	2.611.594.393	2.596.559.369	95,3%	90,4%	89,9%
2994 - ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	257.857.941	256.671.799	236.834.194	195.485.347	188.783.556	92,3%	76,2%	73,6%
6358 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	28.329.441	53.003.594	16.902.496	11.333.168	10.943.399	31,9%	21,4%	20,6%
6380 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	156.553.242	209.276.242	101.594.691	32.165.417	26.369.053	48,5%	15,4%	12,6%
8252 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA A DISTÂNCIA	170.000.000	176.084.194	50.886.425	20.153.640	17.546.269	28,9%	11,4%	10,0%
8652 - MODERNIZAÇÃO DA REDE PÚBLICA NÃO FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	340.660.000	311.203.419	192.941.086	23.417.084	12.925.045	62,0%	7,5%	4,2%
2031 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	6.078.819.230	7.009.932.894	5.940.758.738	4.155.326.426	4.007.159.907	84,7%	59,3%	57,2%
0A12 - CONCESSÃO DE BOLSA-FERIANÇA NO ENSINO SUPERIOR	85.547.120	70.547.120	60.339.200	37.744.800	37.744.800	85,5%	53,5%	53,5%
125B - IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LUSO AFRO BRASILEIRA - UNILAB	62.519.680	63.327.680	52.634.021	0	0	83,1%	0,0%	0,0%
20GK - FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	556.610.448	650.935.766	474.060.036	312.293.967	300.022.469	72,8%	48,0%	46,1%
4002 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	686.188.015	682.920.732	637.604.349	519.321.458	505.878.705	93,4%	76,0%	74,1%
6328 - UNIVERSIDADE ABERTA E A DISTÂNCIA	7.709.025	15.170.697	12.247.858	7.434.132	6.572.213	80,7%	49,0%	43,3%
8282 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	2.863.168.222	3.169.642.974	2.594.517.021	1.263.980.403	1.181.498.744	81,9%	39,9%	37,3%
2032 - EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	4.261.742.510	4.652.544.969	3.831.402.484	2.140.774.760	2.031.716.931	82,4%	46,0%	43,7%
20WA - DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTÁVEL E MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO FAMILIAR	4.075.000	4.075.000	2.435.499	1.742.128	1.742.128	59,8%	42,8%	42,8%
2036 - FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS	4.075.000	4.075.000	2.435.499	1.742.128	1.742.128	59,8%	42,8%	42,8%
4641 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	4.000.000	4.000.000	4.000.000	0	0	100,0%	0,0%	0,0%
4786 - CAPACITAÇÃO E MONITORAMENTO DA JUVENTUDE RURAL (PROJETO AMANHÃ)	986.000	986.000	284.157	260.130	259.625	28,8%	26,4%	26,3%
2044 - AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE	4.986.000	4.986.000	4.284.157	260.130	259.625	85,9%	5,2%	5,2%
20VZ - ARTICULAÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS	1.100.000	1.100.000	98.189	84.324	84.324	8,9%	7,7%	7,7%
6887 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE GESTORES E CONSELHEIROS AMBIENTAIS NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	500.000	500.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
2045 - LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	1.600.000	1.600.000	98.189	84.324	84.324	6,1%	5,3%	5,3%
0473 - HONRA DE AVAL DECORRENTE DE GARANTIA DO RISCO DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (LEI Nº 9.531, DE 1997)	8.979.600	8.979.600	6.979.600	3.268.477	3.268.477	77,7%	36,4%	36,4%
210C - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	54.301.500	62.601.500	9.660.496	1.027.117	1.027.117	15,4%	1,6%	1,6%
2047 - MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	63.281.100	71.581.100	16.640.096	4.295.594	4.295.594	23,2%	6,0%	6,0%
0080 - SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PREÇO DO ÓLEO DIESEL DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS (LEI Nº 9.445, DE 1997)	22.163.850	22.163.850	19.125.983	5.002.442	5.002.442	86,3%	22,6%	22,6%
20NE - APOIO A PROJETOS DE PESQUISA E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NAS FASES DA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA	500.000	400.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
20Y0 - FOMENTO À PRODUÇÃO PESQUEIRA E AQUÍCOLA	371.006.487	371.006.487	93.061.885	20.489.770	18.368.707	25,1%	5,5%	5,0%
5372 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE PESCADO	140.000	140.000	139.990	139.990	139.253	100,0%	100,0%	99,5%
8687 - CAPACITAÇÃO PARA A PRODUÇÃO ALTERNATIVA DE ALIMENTOS PARA O SEMIÁRIDO	50.000	50.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
2052 - PESCACA E AQUICULTURA	393.860.337	393.760.337	112.327.858	25.632.202	23.510.402	28,5%	6,5%	6,0%
4641 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	1.500.000	1.000.000	8.576	8.576	8.576	0,9%	0,9%	0,9%
2062 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇA	1.500.000	1.000.000	8.576	8.576	8.576	0,9%	0,9%	0,9%
0061 - CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS E INVESTIMENTOS BÁSICOS - FUNDO DE TERRAS	300.000.000	300.000.000	220.000.000	118.606.026	118.606.026	73,3%	39,5%	39,5%
0427 - CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS	946.000.000	946.000.000	12.704.600	1.068.000	915.000	1,3%	0,1%	0,1%
2100 - ESTRUTURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS - CRÉDITO FUNDIÁRIO	52.115.508	62.115.508	52.128.622	24.582.630	24.582.630	83,9%	39,6%	39,6%
210T - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO	30.600.000	30.600.000	27.231.598	12.905.481	12.695.280	89,0%	42,2%	41,5%
210U - ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	38.846.001	38.846.001	32.403.496	10.193.344	9.351.113	83,4%	26,2%	24,1%
211A - DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS RURAIS	325.290.229	375.290.229	320.269.337	64.001.836	62.055.133	85,3%	17,1%	16,5%
2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	1.692.851.738	1.752.851.738	664.737.652	231.357.317	228.205.182	37,9%	13,2%	13,0%

Tabela 21 - Orçamento Mulher – Execução orçamentária 2013 – Categoria 2 (parte 3)

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago	Empenhado/Autorizado	Liquidado/Autorizado	Pago/Autorizado
20AM - IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE COLETA E RECICLAGEM DE MATERIAIS	17.500.000	17.500.000	17.500.000	0	0	100,0%	0,0%	0,0%
8274 - FOMENTO PARA A ORGANIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESÍDUOS SÓLIDOS	54.753.000	55.153.000	52.615.417	7.165.182	6.165.182	95,4%	13,0%	11,2%
2067 - RESÍDUOS SÓLIDOS	72.253.000	72.653.000	70.115.417	7.165.182	6.165.182	96,5%	9,9%	8,5%
20GD - FOMENTO À PRODUÇÃO E À ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DOS POVOS INDÍGENAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E AGRICULTORES FAMILIARES	238.598.600	238.598.600	185.735.916	58.462.006	58.462.006	77,8%	24,5%	24,5%
2798 - AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR	1.268.800.000	1.027.995.951	612.993.457	347.920.511	341.481.012	59,6%	33,8%	33,2%
2881 - AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PAA	118.437.000	88.437.000	20.213.364	20.211.271	19.166.190	22,9%	22,9%	21,7%
2069 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.625.835.600	1.355.031.551	818.942.738	426.593.788	419.109.207	60,4%	31,5%	30,9%
00JO - SUBVENÇÃO ECONÔMICA EM OPERAÇÕES DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO (LEI Nº 11.110, DE 2005, E MP Nº 543, DE 2011)	439.000.000	526.800.000	524.474.933	405.371.765	405.371.765	99,6%	76,9%	76,9%
20YU - FISCALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E INSPEÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	29.706.000	32.706.000	27.098.423	26.521.030	26.461.319	82,9%	81,1%	80,9%
20Z1 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES	169.069.875	131.322.262	6.616.461	376.861	376.861	5,0%	0,3%	0,3%
2553 - IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO POR MEIO DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - CTPS	18.762.790	18.762.790	17.517.685	1.737.757	1.737.757	93,4%	9,3%	9,3%
2B12 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO.	800.000	800.000	800.000	0	0	100,0%	0,0%	0,0%
4741 - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	56.812.555	88.995.903	68.172.555	40.646.301	39.495.499	76,6%	45,7%	44,4%
6405 - DESENVOLVIMENTO E DISSEMINAÇÃO DE METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	2.186.118	2.186.118	299.849	0	0	13,7%	0,0%	0,0%
20YY - ESTUDOS, PESQUISAS E GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	9.593.516	16.583.073	5.772.426	1.000.000	1.000.000	34,8%	6,0%	6,0%
2045 - AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE	3.000.000	900.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
2071 - TRABALHO, EMPREGO E RENDA	728.930.854	819.056.146	650.752.332	475.653.713	474.443.200	79,5%	58,1%	57,9%
20Y5 - PROMOÇÃO TURÍSTICA DO BRASIL NO EXTERIOR	147.359.570	148.359.570	143.001.865	93.142.253	92.552.549	96,4%	62,8%	62,4%
4590 - QUALIFICAÇÃO, CERTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO	42.220.000	27.220.000	163.056	163.056	163.056	0,6%	0,6%	0,6%
2076 - TURISMO	189.579.570	175.579.570	143.164.920	93.305.308	92.715.605	81,5%	53,1%	52,8%
TOTAL	22.641.724.698	26.320.161.705	20.117.646.241	9.364.434.591	9.071.366.573	76,4%	35,6%	34,5%

Categoria de Análise 3. Saúde Integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos

O programa **2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde** apresenta 10 ações com forte interface com a saúde Integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, que no total dispuseram de R\$ 36 bilhões no orçamento da União de 2013, os quais foram quase totalmente executados em 2013. Mas, ressalte-se que boa parte dessas dotações não são dirigidas exclusivamente às mulheres, como se observa na tabela abaixo.

Tabela 22 – Orçamento Mulher – Execução orçamentária de 2013 - Categoria 3. Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/ Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
125H - IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA	55.250.000	55.250.000	36.593.773	1.593.773	1.593.773	66,2%	2,9%	2,9%
147J - CONSTRUÇÃO DOS INSTITUTOS DE SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA E DE INFECTOLOGIA	50.400.000	35.280.000	27.048.738	16.233.351	16.233.351	76,7%	46,0%	46,0%
20B1 - SERVIÇOS DE ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL	13.860.000	13.860.000	13.720.784	9.175.170	9.167.280	99,0%	66,2%	66,1%
20R4 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA REDE CEGONHA	216.400.000	234.600.000	79.207.398	17.662.900	15.701.290	33,8%	7,5%	6,7%
20YJ - SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	464.362.000	554.920.000	298.289.006	207.868.893	206.252.370	53,8%	37,5%	37,2%
6175 - IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER	13.900.000	13.900.000	11.935.253	192.777	192.777	85,9%	1,4%	1,4%
7833 - IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA - CACON	11.050.000	11.050.000	7.871.740	5.696.740	5.696.740	71,2%	51,6%	51,6%
8305 - ATENÇÃO DE REFERÊNCIA E PESQUISA CLÍNICA EM PATOLOGIAS DE ALTA COMPLEXIDADE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E EM DOENÇAS INFECCIOSAS	32.550.000	42.315.000	41.566.797	38.180.424	38.173.466	98,2%	90,2%	90,2%
8585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	35.608.777.455	34.763.826.455	34.737.046.259	34.216.763.114	34.166.290.212	99,9%	98,4%	98,3%
8758 - APERFEIÇOAMENTO, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ONCOLOGIA - INCA	292.725.000	300.725.000	297.824.096	265.655.786	259.778.147	99,0%	88,3%	86,4%
2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	36.759.274.455	36.025.726.455	35.551.103.845	34.779.022.928	34.719.079.406	98,7%	96,5%	96,4%

A única ação cuja totalidade dos recursos é investida na saúde da mulher é a ação **6175 – Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher**, voltada à formulação e adequação das políticas de saúde às mulheres, o que envolve a normatização e orientações, da elaboração de materiais de divulgação realização de eventos técnicos e a articulação com os gestores estaduais e municipais. São ações implementadas pela Área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, que deve atuar transversalmente no conjunto das políticas de saúde. Para tanto dispôs em 2013, de apenas R\$ 13,9 milhões, dos quais foram empenhados R\$ 11,9 milhões, mas menos de R\$ 200 mil foram pagos no mesmo exercício.

A Rede Cegonha foi lançada em 2011 com uma previsão de investimentos de R\$ 9 bilhões até 2014, e tem como objetivos:

- I - fomentar a implementação de novo modelo de atenção à saúde da mulher e à saúde da criança com foco na atenção ao parto, ao nascimento, ao crescimento e ao desenvolvimento da criança de zero aos vinte e quatro meses;
- II - organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para que esta garanta acesso, acolhimento e resolutividade; e

III - reduzir a mortalidade materna e infantil com ênfase no componente neonatal.

Segundo o Ministério da Saúde, a Rede Cegonha está presente em mais de 5,5 mil municípios e atende a 2,6 milhões de gestantes. Do ponto de vista orçamentário, são identificados recursos para a Rede Cegonha em três ações, a ação 20R4 e recursos parciais de outras duas ações, 8585 e 8535. A tabela a seguir apresenta o detalhamento dessas ações, por plano orçamentário. Observa-se que ao final de 2013 estavam previstos R\$ 957,4 milhões, mas só foram empenhados R\$ 779,9 milhões, ou seja, 81,5% e executados.

Tabela 23 - Orçamento Mulher – Execução orçamentária 2013 da ações vinculadas à Rede Cegonha, segundo planos orçamentários

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/Autorizado	Liquidado/Autorizado	Pago/Autorizado
20R4 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA REDE CEGONHA	216.400.000	234.600.000	79.207.398	17.662.900	15.701.290	33,8%	7,5%	6,7%
8585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE PO 0004 - REDE CEGONHA	0	697.767.617	697.747.752	691.538.112	691.538.112	100,0%	99,1%	99,1%
8535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE PO 0008 - REDE CEGONHA	0	25.011.017	2.939.096	0	0	11,8%	0,0%	0,0%
Total	216.400.000	957.378.634	779.894.246	709.201.012	707.239.402	81,5%	74,1%	73,9%

Fonte: SIGA Brasil- Orçamento Mulher 2013

Os recursos destinados ao custeio, principalmente a ação 8585, foram todos executados no próprio ano. No entanto, os recursos destinados aos investimentos para a estruturação da Rede, ação 8535, apresentaram nível de execução pífio, com apenas 11,% empenhados e nada executado em 2013. Considerando a previsão de aplicação de R\$ 9 milhões até 2014, supõe-se que outros recursos, apesar de não identificados, também sejam destinados à Rede Cegonha. No PPA 2012-2015 as metas vinculadas a Rede estão relacionadas no **Objetivo 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade**. A tabela apresenta as metas e os resultados alcançados em 2012.³⁰

Destacam-se os limitados resultados das metas vinculadas a adequação da ambiência das maternidades, a implantação das casas de gestante, bebê e puérpera e dos centros de parto normal, que, a se confirmar a baixa execução orçamentária dos investimentos, não devem avançar muito em 2013.

³⁰ Em julho de 2013 algumas metas foram alteradas ou excluídas e outras incluídas. O Relatório de Avaliação 2013 deve ser divulgado em junho de 2014

Tabela 24 - PPA 2012-2015: Principais metas e resultados alcançados em 2012 - Objetivo 0715 do Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde

Meta	2012
Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento	Aprovadas propostas referentes à ambiência de 85 maternidades
Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015	Foram custeados 2.986 novos leitos de UCI neonatal
Ampliar em 513 o número de leitos de unidade de terapia intensiva para adultos localizados em hospitais habilitados em alto risco obstétrico, passando de 2.382 leitos para 2.895 até 2015	Foram habilitados 572 novos leitos de UTI de alto risco obstétrico.
Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015	Foram implantados 140 novos leitos de UTI neonatal.
Implantar 164 novas casas de gestante, bebê e puérpera, passando de 36 casas (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 200 até 2015	Aprovadas propostas de ampliação e equipamentos de 16 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP)
Capacitar 200 parteiras de comunidades quilombolas	Foram capacitadas 90 parteiras em AP, PA, RR
Distribuir 1.000 kits para parteiras tradicionais até 2015	90 kits para parteiras tradicionais distribuídos após a capacitação
Realizar 15,2 milhões de mamografias bilaterais	Realizadas 3,3 milhões de mamografia, dos quais 1,6 milhão em mulheres de 50 a 69 anos.
Implantar 249 novos centros de parto normal, passando de 35 centros (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 284 até 2015	Em 2012, foram aprovadas propostas referentes à implantação de 25 Centros de Parto Normal, tendo sido contratados 11 projetos para construção
Realizar teste rápido da sífilis em 100% das gestantes usuárias do SUS até 2015	Foram distribuídos de jan a nov/2012, 160 mil testes rápidos de sífilis para a Rede Cegonha
Realizar 48 milhões de exames citopatológicos	Realizados 8,3 milhões de exames citopatológicos, dos quais 6,5 milhões na faixa etária compreendida entre 25 a 64 anos
Implantar 50 serviços de diagnóstico mamário	Foram analisadas 18 propostas referentes a serviços de diagnósticos mamários
Novas instalações do complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infecologia entregues e em operação	Foi prevista a elaboração do projeto básico e executivo da obra, perfazendo um total de cumprimento de 2% da obra
Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero	Foi instituído o Programa Nacional de Controle do Câncer de Colo do Útero, o Programa Nacional do Controle do Câncer de Mama, e financiados projetos de estruturação de 05 laboratórios de citopatologia
Realizar o teste de eletroforese em 100% das gestantes usuárias do SUS	A partir de mar/2012, passou a ser registrado no SISPRENATAL WEB se foi solicitado o exame à usuária do SUS. A rede está sendo qualificada visando à ampliação dos exames

Fonte: MPOG - Plano Mais Brasil PPA 2012-2015: Relatório Anual da avaliação : ano base 2012

Em 2011 foi lançado o Plano Nacional de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo do Útero e de Mama, com objetivo de expandir a assistência oncológica no país³¹ e em maio de 2013 foi lançada a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer que:

“tem como objetivo a redução da mortalidade e da incapacidade causadas por esta doença e ainda a possibilidade de diminuir a incidência de alguns tipos de câncer, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos usuários

³¹ Portal Saúde: Acesso do público prioritário à mamografia cresce 37%. 11/10/2013

com câncer, por meio de ações de promoção, prevenção, detecção precoce, tratamento oportuno e cuidados paliativos”³²

Entre as metas selecionadas, quatro se relacionam a essa temática e apresentam resultados parciais (2012) ainda muito tímidos. Observa-se que em 2012 apenas 17% do total de exames citopatológicos previstos foi realizado. Com relação às mamografias foram divulgados em outubro de 2013 números um pouco melhores que os presentes no Relatório de Avaliação 2012. No total, o número de exames realizados atingiu a marca de 4,4 milhões, o que representou 29% da meta prevista, e na faixa etária prioritária – 50 a 69 anos – somaram 2,1 milhões, no ano de 2012. Quanto à implantação de 50 serviços de diagnósticos mamários, ainda estavam em fase de análise 18 propostas e quanto aos 20 serviços para confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero, o relatório se refere apenas ao financiamento de projetos de estruturação de 05 laboratórios de citopatologia.

Tabela 25 – Orçamento Mulher – Execução orçamentária 2013 das Ações vinculadas à Prevenção e Controle do Câncer, segundo planos orçamentários

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/Autorizado	Liquidado/Autorizado	Pago/Autorizado
125H - IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA	55.250.000	55.250.000	36.593.773	1.593.773	1.593.773	66,2%	2,9%	2,9%
7833 - IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA - CACON	11.050.000	11.050.000	7.871.740	5.696.740	5.696.740	71,2%	51,6%	51,6%
8758 - APERFEIÇOAMENTO, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ONCOLOGIA - INCA	292.725.000	300.725.000	297.824.096	265.655.786	259.778.147	99,0%	88,3%	86,4%
8585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - PO 0008 - CONTROLE DO CÂNCER	0	276.835.774	270.597.595	195.676.776	195.676.236	97,7%	70,7%	70,7%
8535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE PO 0007 - CONTROLE DO CÂNCER	220.908.333	63.727.734	38.653.031	13.135.559	13.135.559	60,7%	20,6%	20,6%
Total	579.933.333	707.588.508	651.540.235	481.758.634	475.880.456	92,1%	68,1%	67,3%

Fonte: SIGA Brasil – Orçamento temático – Mulher

Com relações as ações orçamentárias carimbadas para a prevenção e controle do câncer, os recursos alocados somam R\$ 707,6 milhões em 2013, mas haviam sido empenhados apenas 49,1% deste total. Destaque para a ação **8758 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia – INCA**, com empenho de toda a dotação autorizada, e 86,4% pagos em 2013.³³

³² Ministério da Saúde: Portaria nº 874, de 16 de maio de 2013

³³ O Instituto Nacional de Câncer (INCA) é o órgão auxiliar do Ministério da Saúde no desenvolvimento e coordenação das ações integradas para a prevenção e o controle do câncer no Brasil e cumpre o papel de:

- Formular políticas e propor diretrizes técnicas para o controle do câncer.
- Promover e coordenar a produção de informação epidemiológica sobre câncer.
- Prover apoio técnico às secretarias estaduais e municipais de saúde nas ações de rastreamento e tratamento das lesões precursoras.
- Apoiar a organização da rede assistencial para o tratamento do câncer.
- Capacitar profissionais em áreas estratégicas no controle do câncer.
- Planejar e implementar ações de comunicação e mobilização social em saúde.
- Monitorar e avaliar as ações no nível nacional

Categoria de Análise 4. Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher

O Relatório final da CPMI da Violência Contra a Mulher apresenta um cenário gravíssimo disseminado em todo o país sobre a violência contra a mulher e sobre a fragilidade da resposta do Estado brasileiro:

A curva ascendente de feminicídios (o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres), a permanência de altos padrões de violência contra mulheres e a tolerância estatal detectada tanto por pesquisas, estudos e relatórios nacionais e internacionais quanto pelos trabalhos desta CPMI estão a demonstrar a necessidade urgente de mudanças legais e culturais em nossa sociedade.

Só na última década 43,5 mil mulheres foram assassinadas. E ainda mais preocupante, a trajetória desses números é crescente, pois nos últimos 30 anos o número de mulheres assassinadas ao ano passou de 1.353 para 4.297, aumentando em 217,6%, conforme pesquisa do Instituto Sangari.³⁴ Quanto ao número de mulheres espancadas, as pesquisas demonstram que “permanece altíssimo, mas decresceu de uma a cada 15 segundos para uma em cada 24 segundos – ou de 8 para 5 mulheres espancadas a cada 2 minutos.” A CPMI também revelou que o Estado brasileiro, mesmo após a Lei Maria da Penha, não está enfrentando essa situação da forma necessária e nem com os recursos que exigidos. A rede de serviços é insuficiente e concentrada majoritariamente nas capitais e regiões metropolitanas. Repercutindo a necessidade urgente de implantação efetiva da Lei Maria da Penha em todo o território nacional, afirmam³⁵:

“Na visão desta CPMI, não há como executar a política de enfrentamento à violência contra a mulher sem recursos substanciais que possam estruturar a rede de forma integral”

Na entrega do Relatório da CPMI, a Presidenta Dilma reafirmou o compromisso do governo brasileiro:

"em atuar junto com todos os poderes da República, com todas as demais instâncias da Federação, com todos os movimentos sociais para o aprimoramento da legislação no fortalecimento do aparato de repressão à violência contra a mulher, na ampliação e na humanização da estrutura de acolhimento, na estrutura de proteção à mulher vítima da violência".

Mas, o quadro de execução orçamentária de 2013 não condiz com essa afirmação.³⁶ O volume de recursos alocados nas políticas desenvolvidas pela

³⁴ **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito** “Com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”. Relatório Final – Junho 2013

³⁵ Relatório Final CPMI –Violência Contra a Mulher – julho 2013

³⁶ No contexto da Categoria de Análise 3 serão analisadas algumas ações selecionadas dos programas, **2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência, 2062 - Promoção dos Direitos**

SPM, Ministério da Justiça e SDH é muito pequeno e o nível de execução do conjunto dos 03 programas e ações selecionados e de cada um em particular é bastante crítico. Dos R\$ 720,4 milhões previstos, só foram empenhados R\$ 312 milhões, o que representa 43,3%, liquidados R\$ 91 milhões e pagos R\$ 86,7 milhões, apenas 12%, como demonstra a tabela . Até 03/05/2014 foram pagos R\$ 43,3 milhões a título de “restos a pagar” de exercícios anteriores. Ou seja, os recursos alocados são minguados, o desempenho da execução orçamentária é crítico e ainda parte significativa é transferida para ser executada nos próximos exercícios. Além disso, nem todas as ações são dirigidas exclusivamente às mulheres.

Tabela 26 – Orçamento Mulher – Execução orçamentária de 2013 da Categoria Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/ Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
210B - ATENDIMENTO AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	108.920.000	124.920.000	89.114.951	16.051.749	16.051.749	71,3%	12,8%	12,8%
8831 - CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER - LIGUE 180	8.000.000	10.400.000	5.768.671	4.205.381	4.205.381	55,5%	40,4%	40,4%
2016 - POLÍTICA PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA	116.920.000	135.320.000	94.883.622	20.257.130	20.257.130	70,1%	15,0%	15,0%
210M - PROMOÇÃO, DEFESA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	65.418.991	65.418.991	33.486.638	6.396.944	5.364.271	51,2%	9,8%	8,2%
2062 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	65.418.991	65.418.991	33.486.638	6.396.944	5.364.271	51,2%	9,8%	8,2%
201D - APOIO À ESTRUTURAÇÃO, REAPARELHAMENTO, MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL E TECNOLÓGICA DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	200.288.257	213.936.341	94.442.387	43.959.035	41.983.493	44,1%	20,5%	19,6%
201D - PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E À CRIMINALIDADE	180.460.000	176.460.000	62.289.568	14.691.237	13.690.737	35,3%	8,3%	7,8%
8124 - SISTEMA INTEGRADO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE	129.300.000	129.300.000	26.984.601	5.742.190	5.422.862	20,9%	4,4%	4,2%
2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	510.048.257	519.696.341	183.716.555	64.392.462	61.097.092	35,4%	12,4%	11,8%
TOTAL	692.387.248	720.435.332	312.086.814	91.046.536	86.718.493	43,3%	12,6%	12,0%

Em março de 2013 o governo federal lançou o Programa Mulher: Viver sem Violência. Segundo o art. 3º do Decreto nº 8.086 de 30 de agosto de 2013, o programa será desenvolvido por meio das seguintes ações:

I - implementação das Casas da Mulher Brasileira, que consistem em espaços públicos onde se concentrarão os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência;

II - ampliação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180;

III - organização, integração e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual;

IV - ampliação dos Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteiras Secas, que consistem em serviços especializados de atendimento às mulheres nos casos de violência de gênero, incluídos o tráfico de mulheres e as situações de vulnerabilidades provenientes do fenômeno migratório; e

V - promoção de campanhas continuadas de conscientização do enfrentamento à violência contra a mulher.”

Entre as ações orçamentárias envolvidas em sua implementação destaca-se a ação **210B - Atendimento às Mulheres em Situação de Violência**, com

de Crianças e Adolescentes 2070 - Segurança Pública com Cidadania. Os programas e ações nas áreas de saúde, assistência social, autonomia econômica, entre outras, estão sendo analisados nas demais categorias de análise

dotação autorizada de R\$ 124,9 milhões, sendo empenhados R\$ 89,1 milhões, o que representa 71,3%. Desse total, cerca de R\$ 30,7 milhões foi destinado a aquisição de 54 veículos, dois para cada unidade da federação, adaptados como unidades móveis para “reforçar a oferta de serviços públicos para aplicação da Lei Maria da Penha no campo e na floresta”, atendendo reivindicação movimento de mulheres camponesas, reunidas na Marcha das Margaridas em 2011, de garantia de acesso aos equipamentos e serviços especializados às mulheres rurais em situação de violência. Outros R\$ 9,3 milhões foram destinados à implantação dessas unidades móveis. O posto volante é uma resposta governamental importante, mesmo que ainda insuficiente, considerando a amplitude de alguns estados. Além da ampliação do número de postos volantes para a maioria dos estados, é urgente a implementação dos serviços também em postos fixos.

Ainda no campo dessa ação, a SPM se comprometeu com despesas no valor de R\$ 14,6 milhões para a ampliação e fortalecimento dos serviços especializados em atendimento a mulheres em situação de violência, mas só foram executados em 2013 R\$ 1,5 milhões. Ou seja, R\$ 13,1 milhões relativos ao orçamento 2013 deverão ser executados nos próximos exercícios.

Na perspectiva de ampliação da oferta de serviços em todo o país, o PLOA 2014 apresenta uma nova ação: **14XS Construção da Casa da Mulher Brasileira**, com previsão de investimento de R\$ 28,1 milhões, para 07 casas: São Luiz(MA), Fortaleza(CE), João Pessoa(PB), Belo Horizonte(MG), Vitória(ES), Rio de Janeiro(RJ) e Porto Alegre(RS). A proposta é que a Casa seja um espaço de atendimento integrado às mulheres em situação de violência, que deverá contar com os seguintes serviços: delegacias especializadas de atendimento à mulher (DEAM), juizados e varas, defensorias, promotorias, atendimento psicossocial e orientação ao emprego e renda, além de contar com brinquedoteca e espaço de convivência para as mulheres. O acesso aos serviços de saúde e de abrigo será feito através de fornecimento de transporte gratuito. No lançamento do programa foram previstas 27 casas implantadas nos Estados e DF, ao custo de R\$ 116 milhões. O desafio não só da construção da Casa, mas da implementação desse modelo de atendimento a curto e médio prazo é enorme, pois envolve um nível de articulação institucional intra e inter poderes, entre municípios e estados e eventualmente a União. Mas, não se pode perder de vista a gravidade da situação de precariedade e escassez de equipamentos e serviços às mulheres, diagnosticada pela CPMI de Enfrentamento à Violência, “considerando-se que o Brasil possui 5.570 Municípios, os serviços atuais corresponderiam a apenas 1,72% dos municípios”. Segundo dados coletados pela CPMI, são apenas:

- 415 Delegacias da Mulher (DEAMs);
- 103 Núcleos especializados em Delegacias Comuns;
- 192 Centros de Referência de Atendimento às Mulheres;

71 Casas Abrigo;
61 Juizados Especializados de Violência Doméstica;
27 Varas Adaptadas;
64 Promotorias Especializadas da Mulher;
36 Defensorias Especializadas ou Núcleos da Mulher

Esse quadro exige mais respostas, mais recursos e ações concretas por parte do poder público nas três esferas, que vão muito além de uma Casa da Mulher Brasileira em cada estado e que devem também ter como perspectiva a capilaridade na oferta de serviços, além obviamente de sua qualificação.

Outro componente do programa é a ampliação da Central de Atendimento a Mulher – Ligue 180, com investimentos previstos de R\$ 25 milhões pelo programa Mulher: Viver sem Violência. A proposta é a Central de Atendimento passe a seu um disque-denúncia com acionamento imediato das polícias militares, com ativação de urgência para a Polícia Federal, e de cárcere privado, para o Ministério Público, e da ampliação do atendimento para outros 10 países, já disponível na Espanha, Itália e Portugal. Em 2013, apenas os recursos destinados a manutenção da central foram empenhados, R\$ 5,8 milhões e pagos R\$ 4,2 milhões. Para ampliação da Central, plano orçamentário 0003, foram previstos apenas R\$ 3,4 milhões, mas nada foi empenhado. O monitoramento do alcance desse objetivo de ampliar a Central de Atendimento é fundamental em 2014.

A execução do PO 0005 que trata do reaparelhamento de Unidades Especializadas no Atendimento à Mulher no contexto da Segurança Pública, vinculada à ação **20ID - Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica e as Instituições de Segurança Pública**, dispõe de R\$ 12,9 milhões foram empenhados, sendo pagos R\$ 3,9 milhões. A previsão inicial de investimentos em Ações de Prevenção à Violência Contra a Mulher, plano orçamentário 0007 vinculado à ação **20UD - Prevenção à Violência e à Criminalidade**, no valor de R\$ 12 milhões, não se concretizou, ou seja, nada foi empenhado com essa finalidade pelo MJ.

Com relação à ação **210M - Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente**, destacam-se o PO 0003 Enfrentamento da Violência Sexual a Crianças e Adolescentes, com dotação de R\$ 8,3 milhões, com 80% empenhados, mas apenas 13,8% pagos. Quanto aos po's vinculados à estratégia Brasil Protege, que visa criar uma rede de proteção contra a violência física, sexual e psicológica sofrida por crianças e adolescente, foram empenhados R\$1,7 milhão, ou seja, 84,4% do previsto e executados 54,8%.

Tabela 27 - Orçamento Mulher – Execução Orçamentária 2013 – Categoria 4, segundo planos orçamentários

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/ Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
0006 - AMPLIACAO E FORTALECIMENTO DOS SERVICOS ESPECIALIZADOS EM ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	11.180.000	15.460.224	14.561.462	1.518.362	1.518.362	94,2%	9,8%	9,8%
0007 - IMPLANTACAO DE UNIDADES MOVEIS DE ATENDIMENTO A MULHERES DO CAMPO E DA FLORESTA	9.500.000	9.348.300	9.348.300	6.598.800	6.598.800	100,0%	70,6%	70,6%
0009 - APOIO A ACOES EDUCATIVAS E PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES	520.000	1.619.060	1.602.179	250.860	250.860	99,0%	15,5%	15,5%
0000 - PRODUCAO DE ESTUDOS, PESQUISAS E FORMACAO NO ENFRENTAMENTO A VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES	1.000.000	0	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
000E - IMPLANTACAO DO SISTEMA NACIONAL DE DADOS SOBRE VIOLENCIA CONTRA A MULHER	200.000	0	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO	86.520.000	98.492.416	63.603.010	7.683.728	7.683.728	64,6%	7,8%	7,8%
210B - ATENDIMENTO AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	108.920.000	124.920.000	89.114.951	16.051.749	16.051.749	71,3%	12,8%	12,8%
0002 - MANUTENCAO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO A MULHER - LIGUE 180	6.000.000	6.000.000	5.768.671	4.205.381	4.205.381	96,1%	70,1%	70,1%
0003 - AMPLIACAO DA ATUACAO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO A MULHER - LIGUE 180	1.000.000	3.400.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
8831 - CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER - LIGUE 180	8.000.000	10.400.000	5.768.671	4.205.381	4.205.381	55,5%	40,4%	40,4%
0001 - SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	20.896.500	21.996.500	16.518.554	3.844.065	2.815.041	75,1%	17,5%	12,8%
0002 - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	11.435.030	10.335.030	7.026.433	294.342	290.693	68,0%	2,8%	2,8%
0003 - ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	8.312.861	8.312.861	6.632.050	1.148.937	1.148.937	79,8%	13,8%	13,8%
0004 - BRASIL PROTEGE - CADASTRO NACIONAL DE SERVICOS DE ACOLHIMENTO	1.109.600	1.109.600	1.109.600	1.109.600	1.109.600	100,0%	100,0%	100,0%
0004 - SISTEMAS DE INFORMACAO PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0	0	100,0%	0,0%	0,0%
0006 - BRASIL PROTEGE - SALAS DE INQUIRICAÇÃO ESPECIAL	315.000	315.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
0007 - BRASIL PROTEGE - MAPEAMENTO ANUAL E REPRESSAO DE PONTOS RODOVIARIOS	600.000	600.000	600.000	0	0	100,0%	0,0%	0,0%
NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO	21.250.000	21.250.000	100.000	0	0	0,5%	0,0%	0,0%
210M - PROMOÇÃO, DEFESA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	65.418.991	65.418.991	33.486.638	6.396.944	5.364.271	51,2%	9,8%	8,2%
0001 - SISTEMA NACIONAL DE INFORMACOES DE SEGURANCA PUBLICA, PRISIONAIS E SOBRE DROGAS - SINESP - TECNOLOGIA DA INFORMACAO	44.500.000	44.500.000	5.360.093	941.445	941.445	12,0%	2,1%	2,1%
0002 - SISTEMA NACIONAL DE INFORMACOES DE SEGURANCA PUBLICA, PRISIONAIS E SOBRE DROGAS - SINESP - DEFINICOES METODOLOGICAS E ESTRATEGICAS	1.500.000	1.500.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
0003 - SISTEMA NACIONAL DE INFORMACOES DE SEGURANCA PUBLICA, PRISIONAIS E SOBRE DROGAS - SINESP - APOIO A ESTRUTURACAO TECNOLÓGICA DOS ESTADOS	40.000.000	40.000.000	37.984.277	15.822.538	13.846.995	95,0%	39,6%	34,6%
0004 - ESTRUTURACAO, REAPARELHAMENTO, MODERNIZACAO ORGANIZACIONAL E TECNOLÓGICA DAS INSTITUICOES DE SEGURANCA PUBLICA	20.500.000	34.528.417	28.028.670	19.119.018	19.119.018	81,2%	55,4%	55,4%
0005 - REAPARELHAMENTO DE UNIDADES ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO A MULHER	13.500.000	13.119.667	12.911.122	3.924.048	3.924.048	98,4%	29,9%	29,9%
NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO	80.288.257	80.288.257	10.158.225	4.151.986	4.151.986	12,7%	5,2%	5,2%
201D - APOIO À ESTRUTURACAO, REAPARELHAMENTO, MODERNIZACAO ORGANIZACIONAL E TECNOLÓGICA DAS INSTITUICOES DE SEGURANCA PUBLICA	200.288.257	213.936.341	94.442.387	43.959.035	41.983.493	44,1%	20,5%	19,6%
0001 - BRASIL MAIS SEGURO - CAMPANHA DO DESARMAMENTO	10.000.000	10.000.000	9.952.950	4.616.999	4.616.499	99,5%	46,2%	46,2%
0002 - APOIO A IMPLEMENTACAO DE POLITICAS SOCIAIS	40.000.000	33.456.130	21.050.177	5.210.154	4.210.154	62,9%	15,6%	12,6%
0004 - APOIO A IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE SEGURANCA CIDADã	18.000.000	28.499.739	26.183.661	3.864.104	3.864.104	91,9%	13,6%	13,6%
0007 - ACOES DE PREVENCAO A VIOLENCIA CONTRA A MULHER	12.000.000	4.044.131	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO	100.460.000	100.460.000	5.102.781	999.980	999.980	5,1%	1,0%	1,0%
20UD - PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E À CRIMINALIDADE	180.460.000	176.460.000	62.289.568	14.691.237	13.690.737	35,3%	8,3%	7,8%
8124 - SISTEMA INTEGRADO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE	129.300.000	129.300.000	26.984.601	5.742.190	5.422.862	20,9%	4,4%	4,2%
	692.387.248	720.435.332	312.086.814	91.046.536	86.718.493	43,3%	12,6%	12,0%

Na temática violência contra a mulher, o PPA 2012-2015 apresenta 48 metas carimbadas, com predominância relativa da área de assistência à mulher, com mais de 57% das metas, responsabilização dos agressores, com 28%, prevenção, direitos e demais 15%.

Categoria de Análise 5. Cultura da Igualdade e Promoção de Direitos e Cidadania

O desempenho orçamentário das ações selecionadas na Categoria 5 repete o observado nas demais categorias de análise do Orçamento Mulher. Ou seja, níveis de empenho razoáveis, mas níveis de execução críticos, transferidos em grande parte a título de “restos a pagar” para execução em outros exercícios. Do total de R\$ 533 milhões autorizados, foram empenhados cerca de R\$ 437 milhões e pagos R\$ 78 milhões, menos de 15% do autorizado. Até 03/05/2014, foram pagos a título de restos a pagar cerca de R\$ 50 milhões.

A dotação do programa **2034 Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial**, foi ampliada no decorrer do exercício em 31,7%, passando de R\$ 57,8 milhões para R\$ 76 milhões, **mas somente R\$ 56,7 milhões foram comprometidas com despesas, das quais apenas 22 % foram liquidados e % pagos**. Em 2013, parte desses recursos também foram destinados à preparação da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que se realizou em novembro.

Essa dotação autorizada se destina a responder a 04 objetivos presentes no PPA 2012-2015:

Objetivos;

0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.

0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.

0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Tais objetivos estão alinhados a 04 ações orçamentárias, conforme se observa na tabela , onde se evidencia a baixíssima execução de 03 dela. Esse quadro de execução em níveis críticos se deve em grande parte ao forte contingenciamento imposto pelo governo à SEPPIR, que significou um “corte” 42,2%. Esse é um elemento essencial no processo de análise da implementação das políticas públicas e de seus impactos na vida da população negra, especialmente as presentes nos territórios quilombolas e nas comunidades tradicionais, demonstrando que do ponto de vista orçamentário esse certamente não é um programa priorizado pelo governo federal.

A principal ação em termos de volume de recursos e em nível de execução é a **210Z - Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas**, cuja responsabilidade de execução está a cargo do INCRA, que contou com R\$ 48,1 milhões, quase todo empenhado, mas somente 18% pagos em 2013. Ressalte-se que o Relatório Anual da avaliação do PPA 2012-2015: ano base

2012, apresenta um quadro desalentador quanto ao cumprimento das metas estabelecidas³⁷. Da meta “Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas”, em 2012 foram decretados apenas 11 territórios de interesse social de terras quilombolas, por exemplo. Em 2013 apenas 02 territórios quilombolas foram titulados e 159 Comunidades foram certificadas.³⁸

Tabela 28 – Orçamento Mulher – Execução orçamentária 2013 das Ações selecionadas por Programa, da Categoria Cultura da Igualdade e Promoção de Direitos e Cidadania

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/Autorizado	Liquidado/Autorizado	Pago/Autorizado
210H - FOMENTO A AÇÕES AFIRMATIVAS E OUTRAS INICIATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	11.811.435	11.811.435	4.491.316	856.090	751.090	38,0%	7,2%	6,4%
210Y - APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, POVOS INDÍGENAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	3.130.624	3.130.624	290.167	3.468	3.468	9,3%	0,1%	0,1%
210Z - RECONHECIMENTO E INDENIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	30.500.000	48.100.000	46.697.126	13.212.973	8.668.237	97,1%	27,5%	18,0%
6440 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS E OUTRAS COMUNIDADES TRADICIONAIS	12.324.623	13.024.623	5.265.012	2.867.219	2.864.881	40,4%	22,0%	22,0%
2034 - ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	57.766.682	76.066.682	56.743.621	16.939.751	12.287.676	74,6%	22,3%	16,2%
20NU - APOIO À PREVENÇÃO DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO	750.000	750.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
20ZN - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	50.278.880	52.078.880	22.285.807	8.852.803	8.852.803	42,8%	17,0%	17,0%
4906 - DISQUE DIREITOS HUMANOS	19.000.000	19.000.000	19.000.000	17.667.921	17.667.921	100,0%	93,0%	93,0%
8810 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	2.500.000	2.500.000	1.563.500	0	0	62,5%	0,0%	0,0%
8819 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	5.800.000	5.800.000	4.044.566	623.144	623.144	69,7%	10,7%	10,7%
2064 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	78.328.880	80.128.880	46.893.873	27.143.869	27.143.869	58,5%	33,9%	33,9%
2384 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS	46.708.910	46.708.910	38.268.977	24.043.753	23.352.704	81,9%	51,5%	50,0%
2494 - REALIZAÇÃO DOS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS	100.000	100.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
8635 - PRESERVAÇÃO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS	7.557.376	7.557.376	6.063.712	1.720.462	1.466.067	80,2%	22,8%	19,4%
2065 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	54.366.286	54.366.286	44.332.690	25.764.215	24.818.771	81,5%	47,4%	45,7%
20UG - REINTEGRAÇÃO SOCIAL, ALTERNATIVAS PENAIS E CONTROLE SOCIAL	14.100.000	12.230.000	9.994.509	1.214.942	1.214.942	81,7%	9,9%	9,9%
20UH - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA CRIMINAL E PENITENCIÁRIO	303.700.000	310.156.500	279.350.064	12.623.659	12.622.580	90,1%	4,1%	4,1%
2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	317.800.000	322.386.500	289.344.573	13.838.601	13.837.522	89,8%	4,3%	4,3%
TOTAL	508.261.848	532.948.348	437.314.757	83.686.436	78.087.839	82,1%	15,7%	14,7%

Fonte: SIGA Brasil – Orçamento Mulher

A ação 6440 - **Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais** dispõe de R\$ 12,3 milhões, mas sua execução também é crítica, pois apenas 40% foram empenhados. Foram realizadas 02 chamadas públicas para selecionar propostas de instituições privadas sem fins lucrativos. A primeira teve como objetivo o fortalecimento institucional das entidades representativas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, no valor total de R\$ 1,1 milhão, contemplando as linhas temáticas de capacitação, educação ambiental, práticas tradicionais alimentares e de saúde, intercâmbio e fortalecimento

³⁷ PPA 2012-2015- Relatório Anual de Avaliação: ano base 2012, MPOG -

³⁸ SMPPIR

cultural. A segunda chamada apresentou as *Mulheres* como uma das linhas temática, e foi voltada para fortalecimento institucional e o desenvolvimento local das comunidades quilombolas, tendo a capacitação de lideranças como linha temática obrigatória, além da Juventude, do desenvolvimento local e do direito ao território tradicional, com valor total de R\$ 1,2 milhões.

Dando cumprimento a algumas metas presentes no PPA 2012-2015, a Presidenta Dilma assinou o decreto que regulamenta o Sistema de Monitoramento de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SMPPIR e lançou seu primeiro módulo³⁹, com informações de diagnóstico e monitoramento do Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra - Juventude Viva, e o Programa Brasil Quilombola (PBQ). Trata-se de uma importante iniciativa, mas ainda muito limitada, especialmente com relação ao diagnóstico da situação das mulheres nas comunidades quilombolas e das jovens negras, e do alcance dessas políticas neste público.

Quanto aos direitos das mulheres indígenas, o Orçamento Mulher seleciona 03 ações do programa **2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas**, entre as quais se destaca a ação **2384 Promoção e Desenvolvimento Social dos Povos Indígenas**, sob a responsabilidade da FUNAI. Essa ação conta com dotação de R\$ 46,7 milhões, sendo empenhados R\$ 38,3 milhões, o que significou comprometimento com despesas de 82%. Nenhuma das metas associadas ao Objetivo 0948⁴⁰, ao qual se vincula essa ação, explicita a perspectiva de gênero ou o atendimento às mulheres indígenas. No entanto, o Relatório de Avaliação Anual 2012 do PPA 2012-2015, apresenta o seguinte relato:

“No que concerne à promoção dos direitos sociais dos povos indígenas, foram realizados cerca de 500 mil atendimentos, por meio de ações relacionadas: (i) ao acolhimento e orientação de indígenas em articulação social; (ii) à expedição de documentação básica; (iii) ao apoio à concessão de benefícios previdenciários; (iv) ao atendimento emergencial em situações de insegurança alimentar e nutricional; (v) ao incremento da infraestrutura física comunitária; (vi) à promoção de ações de transversalização da **temática de gênero** e geracional; dentre outros.”

Várias organizações de mulheres indígenas em **Carta das mulheres indígenas ao Estado brasileiro**⁴¹, apresentada em novembro de 2013, reafirmam o papel fundamental das mulheres “dentro do território, seja como

³⁹ monitoramento.seppir.gov.br

⁴⁰ Objetivo 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

⁴¹ Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2013/11/mulheres-indigenas-elaboram-documento-com-propostas-para-seguranca-alimentar/>

educadora, como multiplicadora do saber milenar ou mediadora dos conflitos de um povo, sobretudo as mulheres mais velhas”. E diante disso, reivindicam o desenvolvimento de “políticas que preservem e estimulem os saberes milenares, voltadas para o etnodesenvolvimento, e que fortaleçam a liderança das mulheres.”

Observa-se que para o conjunto da população indígena os recursos efetivamente executados são escassos, e no caso das políticas direcionadas às mulheres indígenas, estas não estão visibilizadas no Objetivo 0948 no PPA e sua eventual aplicação é citada apenas de forma genérica, dificultando em muito o monitoramento.

O Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: 2012, publicado pela SDH, aponta para o crescimento da violência contra a população LGBT no Brasil, afirmando que se situam em níveis alarmantes, “o que exige que os governos Federal, estaduais, Distrital e municipais desenvolvam políticas públicas eficazes e articuladas para o enfrentamento dessa violência.” Mas, do ponto de vista orçamentário, o governo federal não tem dado respostas na dimensão exigida pela gravidade da situação.

A Secretaria de Direitos Humanos - SDH, responsável pela **ação 8810 Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**, empenhou no final de 2013 R\$1,6 milhão dos R\$ 2,5 milhões autorizados, mas nada foi executado. Ressalte-se que a Secretaria realizou a *Campanha Faça do Brasil um País Livre da Homofobia*, que envolve a distribuição de adesivos e cartazes em grandes eventos LGBTs para organizações não governamentais e governamentais visando divulgar o Disque Direitos Humanos. A SDH também firmou Termo de Cooperação para Enfrentamento à Homofobia entre esta Secretaria, o Ministério da Justiça e os estados, visando à realização de ações no sentido de capacitar os órgãos de segurança pública para o enfrentamento da homofobia.

Categoria de Análise 6. Direito ao Acesso a Cultura, Esporte e Lazer

A Lei Orçamentária 2013 destina R\$ 3,2 bilhões para as ações selecionadas dos programas 2027 e 2035, conforme demonstra a tabela 30. No entanto, como os ministérios responsáveis pelos programas, foram alvo de contingenciamento⁴², foram efetivamente comprometidos com despesas R\$ 2,1 bilhões, 65,3% do autorizado, e somente R\$ 344,2 milhões pagos, 10,9%.

Destaque para as ações que implantam e/ou estruturam espaços de esporte, cultura e lazer, responsáveis por R\$ 808,6 milhões dos empenhos realizados, grande parte vinculada ao PAC 2, no eixo Comunidade Cidadã. Os Centros de Artes e Esportes Unificados - CEUs possuem cineteatro, biblioteca, telecentro, salas multiuso, espaços de exposição, desenvolvimento social e de esportes. O PPA 2012-2015, no âmbito do Objetivo 0787, apresenta a meta de “Implantar e induzir a gestão de 1000 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social”, que foram renomeadas como os CEUs e, segundo o 9º Balanço do PAC, até 2013 estão contratadas 357 unidades em 324 municípios em todos os estados. Mas, apenas 6% foram concluídos.

Tabela 29 – Orçamento Mulher – Execução orçamentária 2013 Categoria 6. Direito ao Acesso a Cultura, Esporte e Lazer

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado/ Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
12MG - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS INTEGRADOS DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E SERVIÇOS PÚBLICOS - PRAÇAS DOS ESPORTES E DA CULTURA	534.500.000	534.500.000	484.952.514	88.301.897	88.301.897	90,7%	16,5%	16,5%
12PG - CINEMA DA CIDADE - FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL	20.000.000	20.000.000	5.000.000	0	0	25,0%	0,0%	0,0%
14U2 - IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	402.652.852	383.537.852	110.534.829	4.739.580	2.459.265	28,8%	1,2%	0,6%
20KH - AÇÕES INTEGRADAS DE CULTURA E EDUCAÇÃO	2.400.000	2.400.000	2.012.272	181.447	181.447	83,8%	7,6%	7,6%
20ZF - PROMOÇÃO E FOMENTO À CULTURA BRASILEIRA	425.357.996	460.156.581	235.790.241	111.604.884	91.894.507	51,2%	24,3%	20,0%
2027 - CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	1.384.910.848	1.400.594.433	838.289.855	204.827.809	182.837.116	59,9%	14,6%	13,1%
09HW - CONCESSÃO DE BOLSA A ATLETAS	183.000.000	183.000.000	183.000.000	105.227.735	105.227.735	100,0%	57,5%	57,5%
14TR - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER – PRAÇA DO ESPORTE	349.500.000	199.500.000	199.500.000	0	0	100,0%	0,0%	0,0%
20JO - PROMOÇÃO DA DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL MASCULINO E FEMININO	2.267.099	2.947.228	2.917.228	2.697.228	2.697.228	99,0%	91,5%	91,5%
20JP - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROJETOS DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL	197.555.158	191.918.158	93.413.045	23.946.565	23.761.156	48,7%	12,5%	12,4%
20JO - REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS E COMPETIÇÕES DE ESPORTE PARTICIPATIVO E DE ESPORTE ESCOLAR	31.525.000	37.462.000	25.852.827	18.728.093	18.728.093	69,0%	50,0%	50,0%
20JS - FOMENTO À PESQUISA, MEMÓRIA, DIFUSÃO E FORMAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL	3.300.000	3.300.000	2.901.343	1.897.737	998.235	87,9%	57,5%	30,2%
5450 - IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA ESPORTE EDUCACIONAL, RECREATIVO E DE LAZER	1.056.040.623	1.130.013.807	708.950.139	10.632.511	9.903.583	62,7%	0,9%	0,9%
2035 - ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	1.823.187.880	1.748.141.193	1.216.534.581	163.129.869	161.316.030	69,6%	9,3%	9,2%
TOTAL	3.208.098.728	3.148.735.626	2.054.824.436	367.957.678	344.153.147	65,3%	11,7%	10,9%

⁴² Ministério da Cultura (31%) e Ministério dos Esportes (45,6%)

A ação **20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social**, dispõe de dotação autorizada de R\$ 191,9 milhões, mas apenas R\$ 93,4 milhões foram empenhados e R\$ 23,8 milhões foram pagos. Esta ação está vinculada ao Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, que tem como eixos centrais a implantação e desenvolvimento de núcleos de esporte recreativo e de lazer, a partir dos núcleos urbanos e núcleos para Povos e Comunidades Tradicionais, e a formação continuada de gestores, agentes sociais, lideranças comunitárias, pesquisadores, legisladores e demais parceiros atuantes na esfera pública. Uma das metas do Objetivo 0669 no PPA 2012-2015, que também está presente no PNPM 2013-2015, é:

Meta: Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.

O cumprimento dessa meta sofre consequências diretas da baixa execução da ação em 2013.⁴³

O 9º Balanço do PAC apresenta ainda a seleção em 2013 285 Centros de Iniciação ao Esporte em 263 municípios, no valor de R\$ 967,1 milhões.

No âmbito do programa 2027 destaca-se a ação **20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira**, que dispõe de R\$ 460,2 milhões, 51,2% empenhados em 2013. A ação visa contribuir com a “criação, produção, divulgação e circulação do produto cultural brasileiro, proporcionando a fruição e o acesso amplo da população aos bens culturais”. Nesse sentido, apresenta vários planos orçamentários vinculados especificamente ao fomento e promoção da cultura indígena, afro-brasileira, populares e tradicionais e de incentivo a igualdade de gênero, mas com valores apenas simbólicos e com reduzida ou inexistente execução orçamentária.

⁴³ O Relatório de Avaliação Anual: 2012 do PPA no que se refere a essa meta apresenta como resultado parcial: “foram tramitadas 34 parcerias com 31 prefeituras e três entidades federais, assim distribuída, com estimativa de atendimento a 209 mil beneficiários em atividades diretas e indiretas. Em 2012, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, foi apurado o atendimento de 660 mil beneficiados, apresentando 165 núcleos”

Categoria de Análise 7. Democratização do Poder

Foram selecionadas nessa Categoria 15 ações orçamentárias em 07 programas. No global, contaram com dotação de R\$ 559,4 milhões, sendo empenhados R\$ 488,3 milhões, 87,3%, nível adequado de empenho, mas nível crítico de pagamento de apenas 67,3%.

Tabela 30 – Orçamento Mulher – Execução orçamentária 2013 da Categoria 7. Democratização do Poder

Ação (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado / Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
20YM - AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA, DE CONTROLE SOCIAL, DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE	52.930.000	43.880.000	37.706.980	29.450.293	29.450.293	85,9%	67,1%	67,1%
2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	52.930.000	43.880.000	37.706.980	29.450.293	29.450.293	85,9%	67,1%	67,1%
210A - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE IGUALDADE E DE DIREITOS DAS MULHERES	38.488.750	31.723.750	20.783.788	5.271.525	4.720.409	65,5%	16,6%	14,9%
2016 - POLÍTICA PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA	38.488.750	31.723.750	20.783.788	5.271.525	4.720.409	65,5%	16,6%	14,9%
2017 - POLÍTICA NACIONAL DE JUSTIÇA	8.653.020	8.653.020	8.168.623	6.666.412	6.653.224	94,4%	77,0%	76,9%
2725 - PRESTAÇÃO DE ASSISTENCIA JURÍDICA AO CIDADÃO	86.155.862	118.386.862	118.379.319	100.713.665	99.203.544	100,0%	85,1%	83,8%
8974 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A CIDADANIA E À JUSTIÇA	22.904.225	22.904.225	8.149.969	1.121.374	1.120.016	35,6%	4,9%	4,9%
2020 - CIDADANIA E JUSTIÇA	117.713.107	149.944.107	134.697.911	108.501.451	106.976.785	89,8%	72,4%	71,3%
20U0 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DO PLANEJAMENTO	3.900.000	3.900.000	2.353.694	2.134.776	2.134.776	60,4%	54,7%	54,7%
20U2 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE LOGÍSTICA DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	275.947.847	276.778.703	243.761.777	191.464.479	191.455.599	88,1%	69,2%	69,2%
20U6 - PESQUISAS E ESTUDOS ESTATÍSTICOS	30.935.580	30.935.580	30.815.317	28.375.154	28.363.423	99,6%	91,7%	91,7%
2E24 - FORMULAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	7.500.000	9.000.000	8.819.725	8.402.901	7.300.514	98,0%	93,4%	81,1%
8861 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO	6.700.000	6.272.400	4.604.464	3.312.975	3.312.975	73,4%	52,8%	52,8%
2038 - DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	324.983.427	326.886.683	290.354.977	233.690.285	232.567.287	88,8%	71,5%	71,1%
00CC - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A CANDIDATOS AFRODESCENDENTES À CARREIRA DIPLOMÁTICA	1.750.000	1.750.000	1.381.600	81.600	81.600	78,9%	4,7%	4,7%
2532 - COOPERAÇÃO COM PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E PAÍSES MEMBROS DE ORGANISMOS REGIONAIS AFRICANOS	1.600.000	1.600.000	1.103.463	1.103.463	1.103.463	69,0%	69,0%	69,0%
2057 - POLÍTICA EXTERNA	3.350.000	3.350.000	2.485.063	1.185.063	1.185.063	74,2%	35,4%	35,4%
20H0 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE DIÁLOGO SOCIAL E INCLUSÃO NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	3.110.324	3.110.324	2.283.090	1.394.577	1.327.091	73,4%	44,8%	42,7%
2061 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.110.324	3.110.324	2.283.090	1.394.577	1.327.091	73,4%	44,8%	42,7%
20JY - MONITORAMENTO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	504.010	504.010	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
2071 - TRABALHO, EMPREGO E RENDA	504.010	504.010	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	541.079.618	559.398.874	488.311.808	379.493.194	376.226.929	87,3%	67,8%	67,3%

Três das cinco ações selecionadas no programa **2038 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública** apresentam nível de comprometimento com despesas adequado, mais de 85%, sendo que 02 delas também apresentaram nível de liquidação adequado, conforme pode ser visualizado na tabela 30. Destaque para a ação 2E24 Formulação Desenvolvimento

Capacitação para a Participação Social, que se destina a realização de fóruns, seminários, debates, simpósios e estudos voltados para a formulação, o desenvolvimento e a capacitação de pessoas, a cargo da Secretaria Nacional de Articulação Social, com apenas R\$ 8,8 milhões empenhados em 2013.

A execução orçamentária da ação **210A - Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres** situou-se em níveis críticos em termos de empenho, 65,4% e ainda mais grave com apenas 14,9% do total autorizado efetivamente pagos em 2013. Tal desempenho pode ser explicado em parte pelo fato de mais de 70% dos valores autorizados serem originárias de emendas parlamentares ao PLOA 2013, cerca de R\$ 24,7 milhões, foco primeiro do contingenciamento. A SPM lançou o edital 02/2013 no primeiro semestre, definindo diversidade de temáticas:

- T 1 – Apoio à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
- T 2 – Fortalecimento da Participação de Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão
- T 3 – Incorporação da Diversidade das Mulheres nas Políticas Públicas
- T 4 – Apoio à Criação e ao Fortalecimento de Organismos de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher
- T 5 – Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do PNPM
- T 6 – Incorporação da Perspectiva de Gênero nas Políticas Educacionais e Culturais e de Formação de Profissionais da Educação

A tabela 31 apresenta a execução dos planos orçamentários dessa ação, destacando-se que 70,6% dos recursos estão alocados no PO Não Informado, originário de emendas parlamentares. A alocação para os demais POs tem em comum os valores insignificantes alocadas e ainda assim em alguns casos com execução em níveis críticos.

Foram comprometidos com despesas destinados Fortalecimento da Participação de Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão apenas R\$ 1,5 milhão. Com o apoio da SPM, foi lançada a campanha nacional ‘Mulher, tome partido’ para incentivar a filiação partidária feminina até 4 de outubro, iniciativa das Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara Federal, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos. No âmbito do projeto Mais Direitos e Mais Poder desenvolvido por várias organizações de mulheres⁴⁴ com o apoio da ONU Mulheres, foi divulgada a pesquisa Mais Mulheres na Política, realizada pelo Ibope e Instituto Patrícia Galvão, que apresentou como principal resultado que “A maioria dos brasileiros apoia a reforma política para garantir maior participação das mulheres”.

⁴⁴ Coletivo Leila Diniz, Cfemea-Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Cunha Coletivo Feminista, Geledés-Instituto da Mulher Negra, Instituto Patrícia Galvão-Mídia e Direitos, Redeh-Rede de Desenvolvimento Humano e SOS Corpo-Instituto Feminista para a Democracia

Tabela 31 – Orçamento Mulher – Execução orçamentária 2013 dos Plano Orçamentários da Ação 210A Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres

Plano Orçamentário	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado / Autorizado	Liquidado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
0001 - PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AS MULHERES	2.604.750	2.604.750	1.895.722	1.003.970	898.487	72,8%	38,5%	34,5%
0002 - APOIO A CRIAÇÃO E AO FORTALECIMENTO DE ORGANISMOS DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	2.374.000	1.794.000	1.544.534	800.850	800.850	86,1%	44,6%	44,6%
0003 - APOIO A INICIATIVAS DE REFERÊNCIA NOS EIXOS TEMÁTICOS DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	3.550.000	2.885.000	2.062.853	867.175	867.175	71,5%	30,1%	30,1%
0004 - INCORPORAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS E DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	800.000	800.000	709.095	102.295	102.295	88,6%	12,8%	12,8%
0009 - CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO SETOR PÚBLICO NA TEMÁTICA DE GÊNERO	50.000	50.000	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
000A - INCORPORAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NAS POLÍTICAS DE SAÚDE	500.000	500.000	369.083	189.800	189.800	73,8%	38,0%	38,0%
000C - FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO	900.000	900.000	602.577	314.796	314.796	67,0%	35,0%	35,0%
000D - INCORPORAÇÃO DA DIVERSIDADE DAS MULHERES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	1.000.000	510.000	464.925	464.925	464.925	91,2%	91,2%	91,2%
NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO	26.710.000	21.680.000	13.135.000	1.527.715	1.082.083	60,6%	7,0%	5,0%
210A - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE IGUALDADE E DE DIREITOS DAS MULHERES	Soma:	38.488.750	31.723.750	20.783.788	5.271.525	65,5%	16,6%	14,9%

Cerca de R\$ 1,5 milhão foi comprometido com despesas relacionadas ao Apoio a Criação e o Fortalecimento dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres - OPMs. Certamente parte desses recursos foi destinado à realização do Encontro Anual do Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres em outubro de 2013. Ressalte-se que dois indicadores de acompanhamento do programa **2016 Política para as Mulheres: Promoção de Autonomia e Enfrentamento a Violência** no âmbito do PPA-2-12-2015 se referem ao índice geral de cobertura dos organismos executivos de políticas para as mulheres nos estados e DF e nos municípios. Na temática Institucionalidade e Poder, o PPA apresenta 44 metas carimbadas, onde se destacam relativamente aos mecanismos de gênero:

- Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres
- Ampliar para 1.000 o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres
- Ampliar para 1.000 o número de municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres
- Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres
- Ampliar para 27 o número de estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres
- Disponibilizar, para 10% dos organismos governamentais de políticas para as Mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação
- Fortalecer a articulação nacional e regional dos organismos executivos de políticas para as Mulheres através do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres,

Considerando a importância desses organismos no fortalecimento e implementação das políticas públicas para as mulheres e de gênero nos



Orçamento Mulher 2013

estados e municípios e considerando o universo de 603 OPM's em todo o Brasil, e o compromisso governamental com cumprimento das metas estabelecidas no PPA, fica evidente a insuficiência dos recursos aplicados.

Dos recursos destinados a Produção e Divulgação de Informações, Estudos e Pesquisas sobre a Mulher foram alocados R\$ 2,6 milhões e empenhados R\$ 475 mil. Vale lembrar que o governo federal editou o Decreto nº 8.131 em 25/10/2013, regulamentando a Lei 12.227/2012, que trata do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), sob a coordenação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, sendo o primeiro RASEAM publicado no final de 2013.